

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- PRODUÇÃO EDITORIAL**

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM PRODUÇÕES
AUDIOVISUAIS: ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS NA ROTA DA
ACESSIBILIDADE E PROGRAMA ESPECIAL**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Achley Andressa Junges

Santa Maria, RS
2019

Achley Andressa Junges

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS:
ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS NA ROTA DA ACESSIBILIDADE E
PROGRAMA ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Produção Editorial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do Grau de **Bacharel em Comunicação Social – Produção Editorial**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosane Rosa
Co-orientadora: Ms. Lóren Kellen Carvalho Jorge

Santa Maria, RS
2019

Achley Andressa Junges

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS:
ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS NA ROTA DA ACESSIBILIDADE E
PROGRAMA ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Produção Editorial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do Grau de **Bacharel em Comunicação Social – Produção Editorial**.

Aprovado em 05 de dezembro de 2019:

Rosane Rosa, Dra. (UFSM)
(Orientadora)

Leandro Stevens, Dr. (UFSM)

Maurício Fanfa, Ms. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS: ESTUDO DE CASO DOS PROGRAMAS NA ROTA DA ACESSIBILIDADE E PROGRAMA ESPECIAL

AUTORA: Achley Andressa Junges
ORIENTADORA: Rosane Rosa
CO-ORIENTADORA: Lóren Kellen Carvalho Jorge

Comunicar é parte natural da vida humana, uma forma de transmitir ideias, informações, experiências e também de se relacionar com o outro. No entanto, muitas pessoas possuem limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, que restringem sua comunicação. É o caso das Pessoas com Deficiência (PcD), que necessitam de recursos com acessibilidade, como audiodescrição, legenda e janela de libras, para efetivar sua comunicação. Nesse sentido, o problema desse estudo tange a importância da acessibilidade comunicacional para as PcD, através da qual é garantido o direito à comunicação e informação. Objetiva-se analisar como os recursos de acessibilidade comunicacional são utilizados em dois produtos audiovisuais, o “Programa Especial” e o “Na Rota da Acessibilidade”. A metodologia utilizada é o estudo de caso, tendo como métodos e técnicas, a pesquisa bibliográfica, a análise exploratória e a entrevista semi-estruturada. A partir da pesquisa realizada, constatou-se que a janela de Libras e legenda são os recursos utilizados majoritariamente e de modo adequado nas produções analisadas, contudo existem questões que podem ser aprimoradas. Deste modo, conclui-se que a acessibilidade comunicacional carece de pesquisas que visem contribuir com a difusão e reflexão da temática em âmbito acadêmico e que resultem em práticas profissionais. A inclusão das PcD por meio da acessibilidade comunicacional auxilia na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e diversificada.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Inclusão. Acessibilidade Comunicacional. Tecnologias Assistivas.

ABSTRACT

COMMUNICATION ACCESSIBILITY IN AUDIOVISUAL PRODUCTIONS: A CASE STUDY OF THE PROGRAM ON THE ACCESSIBILITY ROUTE AND THE SPECIAL PROGRAM

AUTHOR: Achley Andressa Junges

ADVISOR: Rosane Rosa

CO ADVISOR: Lóren Kellen Carvalho Jorge

Communicating is a natural aspect of human life, it is a way of transmitting ideas, information and also of having relationships with others. However, there are many people affected by physical, intellectual or sensory limitations which restrict their communication. That is the case of People with Special Needs (PSN) who need accessibility resources such as audiovisual descriptions, subtitles and the Libras window to make their communication effective. That being said, the issue in this study encompasses the importance of communication accessibility for PSN through which the right to information and communication is guaranteed. The aim is to analyze how the communication accessibility resources are used in two audiovisual products, the Programa Especial (Special Program) and the Na Rota da Acessibilidade (On The Route To Accessibility). A case study was used as research methodology, bringing bibliographical research, explanatory analyses and the semi structured interview as a method and technique. It became noticeable that the Libras window and subtitles are the resources being used the most in an adequate manner, but there are issues to be worked on. Thus, we conclude that communication accessibility needs more research encompassing the spread of and the reflexion on the issue on an academic scope that results in professional practices. The inclusion of People with Special Needs through communication accessibility aids the creation of a fairer, more inclusive and diversified society.

Key words: People with Special Needs. Inclusion. Communication Accessibility. Assistive Technologies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CAA	Comunicação Alternativa e Ampliada
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
DFJUG	Grupo de Usuários Java do Distrito Federal
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTS	Instituto Centro de Tecnologia de Software
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSE	Legendas para Surdos e Ensurdecidos
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NCA	Núcleo de Comunicação e Acessibilidades
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
NDVA	Non Visual Desktop Access
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAPIA	Programa Acadêmico de Promoção da Inclusão e Acessibilidade
PcD	Pessoa com Deficiência
Prolibras	Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
SAv/MinC	Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura
SCA	Sistemas de Comunicação Alternativa
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
TA	Tecnologia Assistiva
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE TERMOS E CONCEITOS	12
1.1.	LEGISLAÇÕES: CONQUISTAS E DESAFIOS	13
2	COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE	18
2.1.	ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	20
2.1.1	Particularidades da acessibilidade comunicacional: tecnologias assistivas e desenho universal	23
2.1.2	Acessibilidade comunicacional em produções audiovisuais	27
3	METODOLOGIA	31
3.1	ANÁLISE EXPLORATÓRIA	34
3.1.1	Recursos de Tecnologia Assistiva: Libras e Legenda	34
<i>3.1.1.1</i>	<i>Libras</i>	34
3.1.1.1.1	Hand Talk	35
3.1.1.1.2	VLibras	37
3.1.1.1.3	Rybená	38
3.1.1.1.4	LS Academy	39
<i>3.1.1.2</i>	<i>Legenda</i>	40
3.1.1.2.1	Subtitle Workshop	41
3.1.2	Recursos de Tecnologia Assistiva: Braille, leitores de tela, ampliadores de tela e Audiodescrição	41
<i>3.1.2.1</i>	<i>Braille</i>	42
<i>3.1.2.2</i>	<i>Leitores de tela</i>	42
3.1.2.2.1	NVDA	43
3.1.2.2.2	DOSVOX	44
3.1.2.2.3	Virtual Vision	45
<i>3.1.2.3</i>	<i>Ampliadores de tela</i>	45
3.1.2.3.1	Lupa do Windows	46
3.1.2.3.1	MAGic	46
3.1.2.3.1	ZoomText	47
<i>3.1.2.4</i>	<i>Audiodescrição</i>	47
3.1.2.4.1	Movie Reading	48
3.1.2.4.2	MecDaisy	49
3.1.3	Programas audiovisuais com recursos de acessibilidade comunicacional	50
<i>3.1.3.1</i>	<i>TV INES</i>	50
<i>3.1.3.2</i>	<i>TV Surdo</i>	51
3.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE	53
3.2.1	Audiodescrição	53
<i>3.2.1.1</i>	<i>Questões Técnicas na elaboração de roteiros de audiodescrição</i>	53
<i>3.2.1.2</i>	<i>Questões Tradutórias na elaboração de roteiros de audiodescrição</i>	54
3.2.2	Janela de Libras	55

3.2.2.1	<i>Questões Técnicas na elaboração de roteiros de janela de Libras</i>	55
3.2.2.2	<i>Questões Tradutórias na elaboração de roteiros de janela de Libras</i>	58
3.2.3	LSE	59
3.2.3.1	<i>Questões Técnicas para elaboração da LSE</i>	59
3.2.3.2	<i>Questões Tradutórias para elaboração da LSE</i>	62
4	ESTUDO DE CASO: NA ROTA DA ACESSIBILIDADE E PROGRAMA ESPECIAL	63
4.1	NA ROTA DA ACESSIBILIDADE	63
4.1.1	Audiodescrição: Questões Técnicas e Questões Tradutórias	71
4.1.1.1	<i>Questões técnicas: inserção das unidades descritivas</i>	71
4.1.1.2	<i>Questões técnicas: narração das audiodescrições</i>	71
4.1.1.3	<i>Questões técnicas: audiodescrição de programas gravados</i>	71
4.1.1.4	<i>Questões tradutórias: audiodescrição dos personagens descritivas</i>	72
4.1.1.5	<i>Questões tradutórias: nomeação dos personagens</i>	72
4.1.1.6	<i>Questões tradutórias: descrição dos cenário/ambientes</i>	72
4.1.1.7	<i>Questões tradutórias: elementos visuais verbais</i>	72
4.1.1.8	<i>Questões tradutórias: inserção tempo e identificação de sons</i>	72
4.1.2	Legenda: Questões Técnicas	73
4.1.2.1	<i>Questões técnicas: número de linhas</i>	73
4.1.2.2	<i>Questões técnicas: velocidade</i>	73
4.1.2.3	<i>Questões técnicas: formato</i>	74
4.1.2.4	<i>Questões técnicas: marcação</i>	74
4.1.2.5	<i>Questões técnicas: duração</i>	75
4.1.2.6	<i>Questões técnicas: convenções</i>	75
4.1.2.6	<i>Questões técnicas: posição</i>	76
4.1.3	Janela de Libras: Questões Técnicas	77
4.1.3.1	<i>Questões técnicas: espaço de Libras na tela</i>	77
4.1.3.2	<i>Questões técnicas: recorte</i>	77
4.1.3.3	<i>Questões técnicas: posição</i>	77
4.1.3.4	<i>Questões técnicas: plano de fundo</i>	77
4.1.3.5	<i>Questões técnicas: vestuário</i>	78
4.1.4	Considerações gerais sobre a Análise	78
4.2	PROGRAMA ESPECIAL	79
4.2.1	Audiodescrição: Questões Técnicas e Questões Tradutórias	80
4.2.1.1	<i>Questões técnicas: inserção das unidades descritivas</i>	83
4.2.1.2	<i>Questões técnicas: narração das audiodescrições</i>	83
4.2.1.3	<i>Questões técnicas: audiodescrição de programas gravados</i>	84
4.2.1.4	<i>Questões tradutórias: audiodescrição dos personagens descritivas</i>	84
4.2.1.5	<i>Questões tradutórias: nomeação dos personagens</i>	84
4.2.1.6	<i>Questões tradutórias: descrição dos cenário/ambientes</i>	84
4.2.1.7	<i>Questões tradutórias: elementos visuais verbais</i>	84
4.2.1.8	<i>Questões tradutórias: inserção tempo e identificação de sons</i>	84
4.2.2	Legenda: Questões Técnicas	84
4.2.2.1	<i>Questões técnicas: número de linhas</i>	84

4.2.2.2	<i>Questões técnicas: velocidade</i>	86
4.2.2.3	<i>Questões técnicas: formato</i>	87
4.2.2.4	<i>Questões técnicas: marcação</i>	87
4.2.2.5	<i>Questões técnicas: duração</i>	87
4.2.2.6	<i>Questões técnicas: convenções</i>	87
4.2.2.6	<i>Questões técnicas: posição</i>	87
4.2.3	Janela de Libras: Questões Técnicas	87
4.2.3.1	<i>Questões técnicas: espaço de Libras na tela</i>	88
4.2.3.2	<i>Questões técnicas: recorte</i>	88
4.2.3.3	<i>Questões técnicas: posição</i>	88
4.2.3.4	<i>Questões técnicas: plano de fundo</i>	88
4.2.3.5	<i>Questões técnicas: vestuário</i>	88
4.2.4	Considerações gerais sobre a Análise	88
4.3	ANÁLISE CRUZADA DOS PROGRAMAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	100

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cujo tema é a acessibilidade comunicacional de Pessoas com Deficiência (PcD), parte do interesse em conhecer mais sobre a temática, considerando sua importância social, além da relevância para formação pessoal e também a formação como profissional de comunicação.

As PcD ainda são uma minoria na sociedade, que possui muitos direitos negados e barreiras impostas. Muitos fatores podem contribuir para esta exclusão, como a falta de recepção, por parte da sociedade como um todo, principalmente quanto à aceitação das diferenças. A sociedade ainda é concebida para uma maioria e aqueles que não contemplam as condições necessárias tendem a ser excluídas e privadas de seus direitos. Nesse sentido, as PcD ainda são vistas com olhares preconceituosos, baseados na visão simplista de que são pessoas incapazes e doentes, de modo a não terem contribuições para a sociedade.

Frente a esse cenário, torna-se imprescindível abordar temáticas que contemplem as particularidades das PcD, demonstrando a importância de reconhecer e incluir essa parcela da população, de modo a reconhecer e aceitar as diferenças, colaborando para construção de uma sociedade inclusiva. Dessa forma, ao tratar da inclusão é preciso considerar a luta por algo maior, que contempla a compreensão dos Direitos Humanos, ou seja, os direitos que devem ser assegurados à todos os cidadãos, em condições de igualdade de oportunidades e participação.

Neste processo de transformação para uma sociedade inclusiva, tornam-se essenciais as tecnologias, que proporcionaram grandes mudanças na vida dos indivíduos, principalmente o público PcD. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ocupam papel central, considerando os avanços obtidos no acesso aos meios digitais, através dos quais não somente a disseminação de informações e conteúdos é ampliada, assim como os recursos são mais explorados. Aliadas as Tecnologias Assistivas (TA), as TIC proporcionaram o impulsionamento no processo de inclusão das PcD, permitindo acesso à comunicação com recursos de acessibilidade, como a audiodescrição, legenda, janela de Libras e o Braille.

Considerando isso, a delimitação da pesquisa compreende a perspectiva da acessibilidade comunicacional para PcD, com foco na deficiência sensorial, a qual a comunicação apresenta maior relevância. O objetivo principal é analisar como os recursos são aplicados em produções audiovisuais de referência, tendo como objetos de análise dois programas, o Na Rota

da Acessibilidade, veiculado pela TV UFMG, e o Programa Especial, veiculado pela TV Brasil.¹

Sendo assim, a importância da pesquisa consolida-se ao contribuir com reflexões para a área da comunicação, a qual ainda pouco explora estudos sobre a acessibilidade de PcD. A comunicação é compreendida como meio que possibilita o acesso à informação, mas, para além disso, investe na produção de materiais acessíveis e inclusivos que respeitem as deficiências, e proporcionem uma melhor qualidade de vida às PcD.

A metodologia utilizada é o estudo de caso, tendo como métodos e técnicas, a pesquisa bibliográfica, a análise exploratória e a entrevista semi-estruturada. A pesquisa bibliográfica é constituída a partir de leituras e fichamentos de obras e publicações que são referência no tema e possibilitam maior embasamento a pesquisa. Em seguida, a análise exploratória apresenta os principais recursos de TA existentes quanto a deficiência sensorial, como audiodescrição, Libras, legenda, e Braille. Além desses, também são apresentados programas audiovisuais que contemplam a aplicação dos recursos de acessibilidade. O estudo de caso das produções audiovisuais, possui como método de coleta de dados, a documentação. Além disso, utilizou-se como referência para construção das categorias de análise dos programas eleitos, o *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, publicado pela ANCINE, que traz recomendações quanto às aplicações dos recursos de audiodescrição, legenda e janela de Libras. Por último, ainda é utilizada a técnica de entrevista semi-estruturada com diretores ou coordenadores dos objetos analisados, buscando maiores conhecimentos sobre a produção e aplicação dos recursos de acessibilidade comunicacional dos mesmos.

Dessa maneira, a pesquisa apresenta-se estruturada em três capítulos. No primeiro, são estudados os conceitos referentes às PcD, refletindo sobre os termos, desafios, e principais marcos legais existentes no Brasil. O segundo capítulo aborda a questão da comunicação e acessibilidade, refletindo sobre a acessibilidade comunicacional e alguns conceitos essenciais, como acessibilidade, tecnologias assistivas e design universal, bem como os recursos e suas diretrizes de aplicação. No terceiro capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos sobre o objeto, contemplando a análise exploratória, o estudo de caso e também a entrevista semi-estruturada.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo sobre os programas Na Rota da Acessibilidade e Programa Especial, bem como a aplicação dos recursos de acessibilidade comunicacional, e as conclusões proporcionadas pela pesquisa em seu todo.

¹ No Capítulo 3, que compreende o estudo de caso, as produções audiovisuais serão abordadas em profundidade.

1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REVISÃO DE TERMOS E CONCEITOS

A sociedade caminha em direção a um cenário de igualdade e representatividade, buscando a inclusão das minorias existentes, sejam elas discriminadas pela situação econômica, étnica, racial, religiosa, em função de gênero, ou ainda, por limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, como é o caso das Pessoas com Deficiência (PcD). Cada vez mais, é possível ver estes grupos ocupando seus espaços de direito, e, assim buscando quebrar os preconceitos e padrões impostos. No entanto, ao tratar sobre as PcD, percebe-se que a realidade ainda está pautada pela exclusão.

A falta de espaços e ambientes acessíveis, bem como a representatividade das PcD é incipiente quando comparada ao número de pessoas que afirmam ter deficiência. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010², realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência, o que representa 23,9% da população do país.

Frente a estes dados, observa-se que uma grande parcela da população brasileira passa por limitações e dificuldades em suas vidas, mas ainda tem seus direitos menos assegurados do que os demais cidadãos. Essa exclusão já existe quanto ao próprio uso do termo para referir-se às PcD. Durante muitos séculos, estes indivíduos foram tidos como inválidos, sem valor e um “peso” para a família, sendo exiladas do convívio social e da possibilidade de realizar atividades cotidianas como uma pessoa normal. O “normal”, aqui dito e imposto, pela sociedade que não aceitava as diferenças e considerava as PcD incapazes. Como afirma Moura (2014) em seu livro *Guia Mídias e Direitos Humanos*,

Até os anos 1980, eram utilizados indistintamente os termos “aleijado”, “incapacitado” ou “inválido”. Como resultado do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, celebrado em 1981, passou-se a adotar o termo “pessoa deficiente”. Este foi sendo substituído gradativamente por “pessoas portadoras de deficiência” ou somente “portador de deficiência”. A partir da metade da década de 1990, o Movimento das Pessoas com Deficiência (MPcD) passou a questionar a expressão “portador”, uma vez que a deficiência não é algo externo a elas como um objeto que carregam. Desde então, convencionou-se o uso da terminologia que adotamos nesta publicação, “pessoas com deficiência”, e sua sigla, PcD. (MOURA, 2014, p. 24).

O termo “portador de deficiência”, utilizado em 1981, fazia referência a algo que se “porta”, de modo temporário, quando, na maioria dos casos, a deficiência é algo permanente.

² Último censo disponibilizado em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Além disso, o uso desse termo acabava por afirmar outro pensamento equivocadamente de que pessoas com alguma deficiência poderiam ser “curadas”, passar por “reabilitação”, ou seja, que a deficiência poderia “acabar”.

Outros termos como pessoas com “necessidades especiais”, pessoa “especial” ou pessoa “excepcional” ainda são utilizados, mas de modo inadequado, uma vez que acabam por denotar com eufemismo a deficiência, referindo-se a essas pessoas em um tom de piedade. As PcD possuem direito à cidadania e uma vida com autonomia, e, por isso, não devem ser infantilizadas ou menosprezadas. Nesse sentido, o uso do termo “deficientes” também não deve ser utilizado, uma vez que ressalta a deficiência como única característica do indivíduo, tratando-o como ser isolado e incapaz, que deve viver à margem da sociedade.

Indica-se então, o termo correto para referir-se a este público o de “Pessoa com Deficiência”, como forma humanizada e que coloca a pessoa à frente de sua deficiência, valorizando-a independentemente de quais sejam suas condições. Esta nomenclatura engloba a pessoa com deficiência visual, a pessoa com deficiência auditiva, a pessoa com Síndrome de Down, o autista, o cego e o surdo. (MOURA, 2014).

1.1 LEGISLAÇÕES: CONQUISTAS E DESAFIOS

Ao longo dos anos, diversos movimentos e legislações surgiram, para assegurar os direitos das PcD, assim como promover ambientes de discussão sobre inclusão e acessibilidade. Um marco legal importante que introduziu as primeiras discussões sobre inclusão na pauta da sociedade e dos meios de comunicação, ocorreu em 1981, ao ser instituído o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, também realizada pela ONU, em 2007, significou um avanço marcante, ao assegurar os direitos das PcD e promover a sua participação social e cultural, em igualdade de oportunidades, de modo a proporcionar uma vida digna e de qualidade. A Constituição Brasileira, por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009³ promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, propondo o conceito de deficiência e reconhecendo a opressão sofrida pelas PcD. Para Diniz (2009) o conceito supera a ideia de impedimento como

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

sinônimo de deficiência, reconhecendo na restrição de participação o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência.

Outro passo significativo, visando a inclusão social e cidadania das PcD, deu-se com a instituição da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015⁴, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Segundo esta,

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, on-line).

Conforme a lei, as deficiências são então classificadas como: física, mental, intelectual ou sensorial. No entanto, é importante ressaltar que o termo deficiência mental passou a ser deficiência intelectual, conforme a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 2004 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Apesar da mudança, o termo deficiência mental ainda é empregado e, inclusive, confundido com doença mental, mas destaca-se a diferença entre ambas, uma vez que a doença mental é um estado de desagregação existencial em que o sofrimento psíquico está associado a quadros de depressão, síndrome do pânico, esquizofrenia, transtornos de personalidade, etc. (VIVARTA, 2003).

Por sua vez, a deficiência intelectual refere-se a um retrocesso do funcionamento intelectual que gera dificuldades no aprendizado e na execução de tarefas simples, assim como à demandas da sociedade. São exemplos dessa deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Asperger, Síndrome de Down, entre outras.

A deficiência física compreende à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo. Segundo o Ministério da Educação (MEC) é considerada conforme “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênicas ou adquiridas”. (MEC, 2004, on-line).

Já a deficiência sensorial refere-se à impossibilidade de uso de algum órgão sensorial, como a audição ou a visão. A deficiência visual pode ser congênita ou adquirida, e compreende

⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

desde a baixa visão até a perda total da visão (cegueira). Pessoas com deficiência visual podem então, apresentar diferentes graus de visão chegando até a baixa visão, conforme a alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. (GILL, 2000). Já os cegos, têm perda total da visão, ou seja, sem qualquer percepção de luz ou forma, necessitando como principal meio de comunicação, o sistema de escrita e leitura em relevo, denominado Sistema Braille.

As pessoas com deficiência auditiva possuem parte da audição, sendo que sofrem de uma perda leve ou moderada da mesma, mas aquelas que apresentam perda profunda e não ouvem, são consideradas surdas. Muitos confundem a deficiência auditiva com a surdez, afirmando se tratar da mesma coisa, ou ainda utilizam o termo surdo-mudo, dizendo, de modo simplista e preconceituoso, que todo surdo é mudo. Ressalta-se o cuidado necessário com estas generalizações, pois conforme afirma a pesquisa *Mídia e Deficiência* (2003), realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pela Fundação Banco do Brasil,

a surdez não tem relação direta com a mudez. Pessoas surdas não apresentam, necessariamente, qualquer problema de voz. Não falam porque não escutam e, assim, têm muita dificuldade de se expressar pelo português, optando quase sempre pela língua de sinais brasileira, a Libras. (VIVARTA, 2003, on-line).

Quando se fala em pessoas com deficiência visual e pessoas surdas é necessária a claridade a cerca da diferença entre ambas, não apenas na perspectiva clínica de profundidade da perda auditiva, mas dos recusos empregados em cada deficiência. O principal recurso que as distingue é o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a língua oficial dos surdos.

A Libras é reconhecida no Brasil pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002⁵, como meio legal de comunicação e expressão de pessoas surdas (BRASIL, 2002). A oficialização da mesma é de grande importância, uma vez que marca o reconhecimento de outra língua, se não a língua portuguesa, permitindo além da comunicação, a inclusão social dos surdos.

Considerando todas as deficiências citadas, são perceptíveis as especificidades de cada uma delas e a importância de meios e recursos que promovam a inclusão e acessibilidade das PcD. Parte-se, inicialmente, de um passo significativo que corresponde ao uso correto dos termos, referindo-se às PcD de forma humanizada, sem preconceitos ou discriminação. E um segundo, que busca por uma sociedade inclusiva, assegurando os direitos e quebrando barreiras existentes.

⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu artigo 3º, inciso IV, podem ser consideradas como barreiras,

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça a plena participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos, à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, dentre outros, [...]. (BRASIL, 2015, on-line).

Diversas barreiras são encontradas no cotidiano das PcD, sendo elas tanto urbanísticas, arquitetônicas, locomoção em transportes, quanto atitudinais, tecnológicas, comunicacionais ou informacionais. Todas essas, acabam aumentando as dificuldades das PcD, impedindo-as de realizar atividades diárias e ter autonomia, assim como maior qualidade de vida.

Apesar das leis existentes que regulamentam a inclusão e acessibilidade, sabe-se que as mesmas não se concretizam eficazmente. Iniciativas devem partir do Governo Federal e órgãos públicos, mas também dos indivíduos, caminhando assim para uma sociedade inclusiva. Cabe então, destacar o conceito de inclusão, considerando a importância da mesma no que tange às PcD.

Acentua-se que os termos “inclusão” e “integração” são muitas vezes utilizados como sinônimos, porém delimitam situações diferentes.

Integrar, neste contexto, seria a ação de realizar, por exemplo, algumas adaptações na calçada para a passagem de um/a cadeirante ou permitir que uma criança com deficiência intelectual estude na escola regular, desde que consiga “acompanhar o ritmo” das demais crianças. Por outro lado, a luta por inclusão denota uma responsabilização do Estado e de toda a sociedade pela garantia dos direitos das PcD de acordo com suas necessidades e demandas específicas, mas visando sempre ao princípio da universalidade que rege os direitos humanos. Neste caso, a sociedade é que tem que estar apta a receber as PcD e permitir mecanismos de participação democráticas destas, e não o contrário. (MOURA, 2014, p. 17).

Entende-se assim que, diferentemente de integração, a inclusão é um processo mais abrangente, que envolve não apenas mudanças de determinados espaços ou lugares, mas também a sociedade como um todo, ou seja, a aceitação das pessoas às diferenças do outro, buscando por melhorias e meios acessíveis, em parceria com as PcD.

A inclusão da pessoa com deficiência implica em considerar a diferença dela, de maneira que a diferença seja uma característica e um desafio, mas não um motivo de afastamento ou desprestígio. Considerar a diferença é maior do que a condição - física, intelectual ou

sensorial - diferenciada, é a naturalização da diferença, no sentido contrário à sua negação, quer dizer que ela deve ser algo percebido assim como são entendidas quaisquer qualidades humanas e nela seja investido para que haja condições do cidadão com quaisquer características possam conviver de igual. (GOMES; PAVÃO, 2018, p. 152).

Apesar disso, vivemos em uma sociedade, na sua maioria, ainda integrativa e capitalista, que visa a produtividade e capacidade dos sujeitos. As iniciativas e políticas públicas existem e quebram algumas barreiras impostas às PcD, mas os demais setores, instituições, ambientes e, principalmente, os indivíduos, ainda não estão preparados, visto que não oferecem a inclusão em um todo.

A exclusão social da pessoa com deficiência, há poucas décadas, portava como pilar conceitual a compreensão de incapacidade e numa sociedade, como a nossa, onde produção e a geração de capital é preponderante, a deficiência se depara com poucas oportunidades para promoção. Neste sentido, as inovações contribuíram para que o processo inclusivo esteja se alastrando, pois oferecem melhores condições, por meio de recursos que potencializam ou compensam algumas deficiências, [...]. (GOMES; PAVÃO, 2018, p. 132).

Uma sociedade inclusiva tem compromisso com as PcD e com a diversidade das mesmas, admitindo a necessidade de mudanças. Vivarta (2003, p. 20) afirma que “a inclusão é para todos porque somos diferentes”, logo, aceitar as diferenças é essencial para construir uma sociedade inclusiva.

É preciso deixar de lado o individualismo, e a concepção de que a deficiência é apenas um problema de quem a tem ou de seus familiares. A pauta sobre as PcD e os investimentos em acessibilidade, por meio de projetos adaptados, de Tecnologia Assistiva (TA), de comunicação alternativa, entre outros mecanismos, devem ser constantes, como uma pauta intrínseca a sociedade.

Considerando o recorte proposto nesta pesquisa, destaca-se então, a importância da comunicação e profissionais da área, na concepção de recursos de acessibilidade comunicacional e inclusão às PcD. Sobretudo, é imprescindível conhecer os conceitos e termos corretos, bem como os direitos das PcD, tendo em vista o papel significativo da mídia quanto à representatividade deste público, como também em produzir e divulgar conteúdos, ausentes de barreiras e preconceitos.

2 COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Comunicar é parte natural da vida humana, uma forma de transmitir ideias, informações e experiências, mas acima de tudo de partilhar o que somos e de se relacionar com os outros. Assim, a comunicação é um elemento essencial na vida em sociedade, pois tudo parte do processo de entender a si próprio e também compreender o outro. Nesse sentido a empatia é fator central no processo de comunicação, pois além de simplesmente transmitir uma mensagem, é estabelecida uma relação entre os sujeitos.

O fenômeno da comunicação em relação com as diferenças, segundo Peruzzolo (2006),

sobrevém com o desejo e a necessidade do homem de estabelecer relação com o mundo, sendo, portanto uma relação no jogo do encontro com a alteridade. O que vai possibilitar a relação de comunicação será o meio de representar, porque a comunicação se faz por um meio, e o meio é justamente representar aquilo que se quer comunicar. É a representação que vai especificar a relação de comunicação, em que o termo da relação vem representado com todo o investimento afetivo, emocional, físico, etc., por meio de uma linguagem. (PERUZZOLO, 2006, p. 44).

Nesse sentido, é a presença de uma linguagem que marca uma relação e a representação dos comunicantes, ou seja, a linguagem representa o que se quer comunicar para o outro, mas que, ao mesmo tempo, também constrói o outro como termo da relação de comunicação, servindo como meio para diversas significações sociais e aos modos de constituição da realidade singular do ser humano. (PERUZZOLO, 2006). Logo, a comunicação é uma relação, ou melhor, um encontro entre uma pessoa e outra por meio de uma mensagem. Sendo assim, no processo de comunicar, se faz necessário pensar no outro, de modo que a informação chegue até o mesmo e permita além da recepção, a interação, incluindo-o no processo como um sujeito ativo.

Desse modo, a comunicação deve buscar pelas melhores maneiras de comunicar algo, considerando seus públicos e as respectivas demandas ou necessidades. Cada indivíduo possui suas especificidades e a informação, nem sempre, possui o mesmo sentido ou, sequer, chega até os mesmos, devido às restrições de acesso. Assim, a problemática tange a questão de inclusão e exclusão, ainda mais evidente ao tratar dos grupos minoritários existentes na sociedade.

É necessário considerar que um grande número de pessoas não consegue se comunicar pela fala ou mesmo ouvir a informação transmitida, como é o caso das PcD, principalmente cegos e surdos. Como já mencionado, milhões de brasileiros possuem alguma deficiência física, intelectual ou sensorial, a qual acaba sendo um fator limitador e também excludente. Percebe-se claramente, no cenário brasileiro, que os investimentos em inclusão e acessibilidade no tangente à comunicação existem, mas ainda são iniciais e, por vezes, destoantes. Desde a desinformação e

uso inadequado de termos para referir-se às PcD, até, a falta de espaços e representação nos meios de comunicação ou mídia como um todo, e, principalmente, a ausência de tecnologias e recursos que possibilitem o acesso à informação e conteúdos diversos.

Destaca-se então, a importância da comunicação, também evidenciada pela ONG Olga, em seu *Manual de Jornalismo Humanizado* (2016), afirmando que,

comunicar é mais que usar um código para transmitir uma mensagem. Comunicar é também representar as pessoas da maneira como elas desejam ser representadas sócio e historicamente, é expressar a defesa dos direitos humanos usando o código de maneira adequada. (OLGA, 2016, on-line).

Sendo assim, a reflexão inicial parte, questionando exatamente por que a acessibilidade não é uma filosofia na comunicação, ou seja, um aspecto primordial em todas as práticas comunicativas. Quanto à isso, percebe-se que ainda existem muitas barreiras e a compreensão destas, por muitas vezes, não é completa. Segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu artigo 3º, inciso IV, são consideradas barreiras na comunicação e na informação quaisquer entraves ou obstáculos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2015).

Como afirma Vivarta (2003), a falta de profissionais de comunicação preparados quanto à pauta de PcD é um dos primeiros fatores que limitam a abordagem da mesma. Tem-se, na maioria das Universidades e Instituições de Ensino, uma matriz curricular que aborda grupos minoritários, mas “esquece” das pessoas com deficiência auditiva, pessoas com deficiência visual, cegos e surdos, quando, justamente, as mesmas dependem, significativamente, da comunicação em sua vida, não apenas para comunicar-se, como também para realizar atividades cotidianas.

A ausência de um processo consistente de capacitação para a cobertura da pauta da deficiência. A lacuna tem origem no currículo defasado da grande maioria das faculdades de comunicação e se nutre da falta de interesse das empresas. Ambos os fatores contribuem de forma marcante para impulsionar a engrenagem da exclusão que cerca as pessoas com deficiência. (VIVARTA, 2003, p.7).

Entretanto, isso não significa que inexistam bons exemplos de ações e produções de profissionais da área e da comunicação como um todo. Pelo contrário, busca-se apresentar as

iniciativas consolidadas, demonstrando a relevância das mesmas às PcD, e alargar o papel fundamental das tecnologias na efetivação dessas.

Com a evolução tecnológica, proporcionou-se um impulsionamento no processo de inclusão das PcD, por meio de instrumentos, *hardwares e softwares*, que permitem a superação da deficiência e, conseqüentemente, a realização de atividades com autonomia e capacidade, como qualquer outro cidadão.

A tecnologia inovadora com a sua larga abrangência oportuniza para que as pessoas com deficiência sejam produtivas, como qualquer outra pessoa e, com isso estimula o desmoronamento de preconceitos e atitudes excludentes que dificultam o reconhecimento das potencialidades desta população e a sua inclusão social. Pode parecer absurdo pensar desta maneira, porém isso ocorre com qualquer pessoa. Uma pessoa desempregada, com deficiência ou não, é excluída socialmente, porque é descapacitada de seus recursos econômicos que lhe propiciam acesso às ofertas existentes em sociedade. (GOMES; PAVÃO, 2018, p. 134).

Nesse sentido, evidenciam-se as iniciativas possibilitadas pelas TIC, bem como pelas tecnologias assistivas (TA). É por meio dessas, que promove-se a construção de uma comunicação humanizada e inclusiva que visa a participação das PcD.

2.1 ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

A acessibilidade consiste na inclusão das PcD, tanto em espaços físicos, no transporte e na cultura, quanto no acesso às tecnologias, à comunicação e à informação, possibilitando autonomia e participação social. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcD ou com mobilidade reduzida e apresenta em seu artigo 2º, inciso I, a seguinte definição de acessibilidade

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, on-line).

Dessa forma, a acessibilidade, diretamente ligada à inclusão, consiste em um processo que deve envolver a sociedade como um todo, e não apenas algumas partes. Ressalta-se que,

quando é proporcionado apenas o acesso e não a permanência ou uso de um produto, está sendo realizado o processo de integração e não a inclusão.

Frente a isso, percebe-se que muitas questões ainda envolvem os termos inclusão e acessibilidade, como a compreensão dos próprios cidadãos do que é ser “acessível”. Para muitos, a acessibilidade remete somente a mudanças no urbanismo e na edificação, ou seja, nos espaços físicos. Mas, segundo o consultor em inclusão Sasaki (2007), para dizer que uma sociedade possui acessibilidade é preciso verificar sua adequação de acordo com seis quesitos básicos:

- Acessibilidade arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.
- Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc) e de educação dos filho (familiar).
- Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).
- Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos. (institucionais, empresariais etc).
- Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2006, p. 67-69).

Considerando estes quesitos, observa-se que muitos avanços são necessários por parte dos indivíduos, instituições, órgãos públicos, meios de comunicação, e sociedade em geral, para realmente efetivar a acessibilidade das PcD. Cabe, nesta pesquisa, estudar o âmbito da comunicação, cada vez mais relevante, principalmente frente aos avanços tecnológicos e adesão das plataformas digitais.

A acessibilidade comunicacional compete oferecer às PcD recursos que promovam a comunicação interpessoal, a comunicação escrita e também a comunicação virtual. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Artigo 3º, inciso V, sinaliza a relevância da comunicação, considerando a mesma como

forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2015, on-line).

Para a Iguale, primeira empresa brasileira criada para pensar e desenvolver soluções assistivas completas em comunicação para pessoas com algum tipo de deficiência, o conceito de acessibilidade comunicacional, abordado por ela como comunicação de acessibilidade, consiste em, “criar, utilizar ou adaptar os meios tecnológicos e assistivos disponíveis para garantir o acesso ao conteúdo dos meios de comunicação e de cultura.” (IGUALE, 2008, on-line).

Logo, a acessibilidade comunicacional garante, através de recursos de tecnologia assistiva e demais tecnologias, a igualdade no acesso à comunicação e informação em seus diferentes meios. Dessa forma, intrinsecamente, quando se fala em acessibilidade comunicacional, também está incluída a acessibilidade virtual ou digital. Nesse sentido, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, também apresenta no título II da acessibilidade, capítulo II, as diretrizes do acesso à informação e à comunicação.

No Artigo 63, estabelece-se a obrigatoriedade da acessibilidade nos sítios da Internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos governamentais, para uso da PcD, garantindo-lhes acesso às informações disponíveis.

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (BRASIL, 2015, on-line).

Quanto aos recursos, aponta-se, no Artigo 67,

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtitulação por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da LIBRAS;

III - audiodescrição.

(BRASIL, 2015, on-line).

Constata-se então, que a acessibilidade comunicacional está assegurada em Lei, e, inclusive, apresenta diretrizes a serem cumpridas. Sendo assim, cabe, impreterivelmente, aos órgãos públicos e meios de comunicação aplicá-las.

Através dos meios alternativos de comunicação e as TA, tal como o uso dos recursos de acessibilidade comunicacional como janela de Libras, audiodescrição e legendas, caminha-se

para uma sociedade aberta a inclusão e diversidade, representada e também formada pelas PcD.

2.1.1 Particularidades da acessibilidade comunicacional: tecnologias assistivas e desenho universal

Como citado anteriormente, a evolução tecnológica está sendo entendida como elemento que impulsiona o processo de inclusão social e digital das PcD, visto que por meio dela, a criação de diversos meios e recursos de acessibilidade possibilitam a superação ou compensação da deficiência. Como afirma Radabaugh (2005) “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis.” (RADABAUGH apud BONITO, 2005).

Percebe-se que, aos poucos, a sociedade começa a reconhecer a existência das PcD e buscar por maneiras de inclusão e acessibilidade. Da mesma forma, as próprias PcD começam a exigir seus direitos como cidadão participante da sociedade e buscar por recursos de acessibilidade. Assim, dentro da perspectiva social de deficiência pode-se afirmar que a PcD procura outros percursos de desenvolvimento distinto daquele que está impedido biologicamente. A pessoa cega, por exemplo, aprende a se desenvolver na busca de novos acessos, cognitivos e sociais, utilizando-se do Braille e de recursos de tecnologia de informação e comunicação acessíveis. Já a pessoa surda, usuária da língua de sinais, tem acesso ao objeto de conhecimento por meio dessa língua. (VYGOTSKY, apud ANDRADE; FREITAS 2018).

Nesse sentido, as TIC configuram-se como importantes meios de acessibilidade comunicacional, principalmente, quanto às pessoas surdas e os cegos. Sendo assim, cabe também destacar a acessibilidade no meio digital, considerando os recursos de acesso e uso que são possibilitados às PcD, de modo a permitir realização de diversas atividades. Dessa forma, além da autonomia, é permitido ao público com deficiência a cidadania.

Em vista disso, como conceito norteador, temos a cidadania comunicativa, que segundo Bonito (2015) pode ser compreendida como,

um “espaço” em que as PcD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re) conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo. Estes sujeitos não são apenas receptores, mas produtores, o que implica em mudanças significativas para sua vida, pois tende a agregar novos elementos à cultura. (BONITO, 2015, p. 166).

Afirma-se então, que a cidadania comunicativa permite a garantia dos direitos dos

sujeitos quanto à participação e criação, ou seja, como cidadãos participantes da sociedade, que possuem acesso à informação e comunicação e estabelecem relações com o ambiente que os cerca. Em consonância a isso, a acessibilidade das PcD torna-se possível com a aplicação das TA, que objetivam através de recursos, técnicas e produtos, promover a ampliação de habilidades funcionais de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Portaria n° 142, de 16 de novembro de 2006, estabelecida pelo Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004⁶ no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), define a TA, como,

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL-CAT, 2006, on-line).

Para as autoras Bersch e Sartoretto (2013) o objetivo das TA é,

proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. (BERSCH; SARTORETTO, 2013, on-line).

Pode-se considerar, então, que as TA são fundamentais para acessibilidade das PcD, possibilitando não apenas o acesso, mas a autonomia e independência para realizar atividades e participar da vida social, como qualquer outro cidadão. Segundo Bersch (2017), a TA é dividida nas seguintes categorias: auxílios para a vida diária e vida prática; Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA); recursos de acessibilidade ao computador; sistemas de controle de ambiente; projetos arquitetônicos para acessibilidade; órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil; auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais, mobilidade em veículos e esporte e lazer.

Voltada à acessibilidade comunicacional, podem ser consideradas duas categorias fundamentais que são a CAA e recursos de acessibilidade ao computador. Para Bersch (2017),

⁶ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

os recursos de acessibilidade ao computador compreendem o conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras. Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída (sons, imagens, informações táteis). São exemplos de dispositivos de entrada os teclados modificados, os teclados virtuais com varredura, mouses especiais e acionadores diversos, software de reconhecimento de voz, dispositivos apontadores que valorizam movimento de cabeça, movimento de olhos, ondas cerebrais (pensamento), órteses e ponteiras para digitação, entre outros. Como dispositivos de saída podemos citar softwares leitores de tela, software para ajustes de cores e tamanhos das informações (efeito lupa), os softwares leitores de texto impresso (OCR), impressoras braille e linha braille, impressão em relevo, entre outros. (BERSH, 2017, on-line).

Já a CAA, se destina especificamente a ampliação da acessibilidade comunicacional, de modo a atender pessoas sem fala ou escrita funcional, ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender. (BERSCH, 2017). Desse modo, um Sistema de Comunicação Alternativa (SCA) refere-se aos recursos, estratégias e técnicas que complementam modos de comunicação existentes ou substituem as habilidades de comunicação inexistentes. (LORENA, 2010).

Diretamente ligados à TA e à acessibilidade, estão os princípios e diretrizes do desenho universal. O desenho universal pauta, justamente, a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, de forma autônoma e segura, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico. (BRASIL, 2015).

O Desenho Universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos. (CAMBIAGHI, 2012, p.10).

O desenho universal é apropriado por diversas áreas e se enquadra também aos produtos comunicacionais, principalmente às questões associadas à usabilidade e à arquitetura da informação. “O Desenho Universal associado às TA se transforma na melhor solução conceitual e prática para transpor ou eliminar barreiras informacionais.” (BONITO, 2015, p. 150).

No Brasil, alguns *softwares* estão se consolidando como importantes TA para as PcD. Para os surdos podem ser citados os aplicativos de tradução automática da língua portuguesa para Libras, como o Hand Talk⁷ e o VLibras⁸. O VLibras é resultado de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de

⁷ Disponível em: <<https://www.handtalk.me/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

⁸ Disponível em: <<https://www.vlibras.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e consiste em um conjunto de ferramentas de código aberto, que realizam a tradução de conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais, tanto no computador, quanto em smartphones e tablets.

O Hand Talk, lançado em 2012, oferece o tradutor de sites em Libras para a comunidade surda, e o aplicativo, que rompe a barreira de comunicação que há entre ela e os ouvintes. É considerado o mais completo, uma vez que também apresenta funcionalidades voltadas à aprendizagem da Libras, por meio de vídeos que sinalizam um conjunto de termos temáticos em cada produção.

Quanto aos cegos, temos como principais exemplos de *software* e plataformas como o DOSVOX⁹ e o Non Visual Desktop Access (NVDA). Ambos são gratuitos, ligados ao sistema computacional que realizam a comunicação do que está na tela através de síntese de voz em português. O DOSVOX, criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), contempla os sistemas operacionais Windows e Linux. Já o NVDA contempla apenas o Windows, mas diferencia-se por ser um *software* livre, de código aberto. Nos capítulos seguintes serão abordados, com maior profundidade, estes e demais recursos de TA existentes para as PcD, especialmente as com deficiência sensorial.

Além disso, o próprio Governo Federal tem tratado com veemência a acessibilidade digital e as TA para PcD, por meio de legislações, manuais informativos e divulgação em vários meios de comunicação, tanto sobre os direitos das PcD em relação à acessibilidade, quanto dos deveres dos órgãos governamentais e da sociedade. Um exemplo disso, foi a criação do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)¹⁰, que contém as recomendações de acessibilidade a serem seguidas nos sítios e portais do Governo Federal. No entanto, o modelo, além destes ambientes governamentais, busca também incentivar a implementação da acessibilidade em outros meios digitais, para assim incluir um maior número de pessoas cegas, com baixa visão, surdos, e pessoas com deficiência auditiva.

Também o governo, no âmbito do Ministério das Comunicações, em vigor a Portaria 310¹¹, de 27 de junho de 2006, reitera e detalha a obrigatoriedade da implementação de recursos de acessibilidade na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de

⁹ Disponível em: < <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

¹⁰ Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/cursodesenvolvedor/introducao/tecnologia-assistiva-leitores-de-tela.html>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹¹ Disponível em: < <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>>. Acesso em: 20 mai.2019.

retransmissão de televisão. São quatro recursos de acessibilidade que o governo torna obrigatórios na TV, sendo eles: legenda oculta, também conhecida como *closed caption*, dublagem, Libras e audiodescrição.

A legenda oculta e a dublagem já estão em vigor desde 2008, seguindo a determinação da norma. Já a janela de Libras é obrigatória em horários políticos, em campanhas institucionais do Governo Federal e também de utilidade pública. A audiodescrição começou a vigorar em julho de 2010, com a consolidação da TV Digital aberta, definida pela Portaria nº 188, de 24 de março de 2010¹², do Ministério das Comunicações. Estabelece-se a seguinte aplicação da audiodescrição:

Até	julho	2011	–	2h/semana	(das	6h	às	2h);
Até	julho	2013	–	4h/semana	(das	6h	às	2h);
Até	julho	2015	–	6h/semana	(das	6h	às	2h);
Até	julho	2017	–	8h/semana	(das	6h	às	2h);
Até	julho	2018	–	12h/semana	(das	6h	às	2h);
Até	julho	2019	–	16h/semana	(das	6h	às	2h);
Até julho 2020 – 20h/semana (das 6h às 2h). (BRASIL, 2008, on-line).								

Espera-se por um cenário mais inclusivo na programação das emissoras brasileiras, bem como em demais produções audiovisuais a partir de 2020, ano em que as mesmas serão obrigadas a adotar todos os recursos de acessibilidade, ou seja, a audiodescrição, a janela de Libras, dublagem e legenda. Dessa forma, será possibilitada a inclusão de todos os públicos, assim como garantido o acesso à informação e comunicação, especialmente as pessoas com deficiência sensorial.

Frente a essas legislações, estabelecidas pelo governo brasileiro quanto a acessibilidade comunicacional nos meios de comunicação, apresenta-se a importância da temática abordada nesta pesquisa, demonstrando a necessidade de incluir o público com deficiência e construir uma sociedade com diversidade. Diante disso, respondendo ao objetivo da pesquisa, o estudo se delimita às produções audiovisuais, analisando a aplicação dos recursos de acessibilidade comunicacional nas mesmas.

2.1.2 Acessibilidade comunicacional em produções audiovisuais

¹² Disponível em: < <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Diante da expansão da Internet e adesão às plataformas digitais, o conteúdo audiovisual tem se consolidado como importante fonte de informação e entretenimento. As produções audiovisuais além de entreter, também atuam como difusoras de opiniões e pensamentos, proporcionando diferentes espaços de fala e de representação à distintos públicos.

A importância do audiovisual é ainda maior para as PcD, sendo uma ferramenta de conscientização, representação e inclusão. Através do mesmo, é possível mostrar a realidade do público com deficiência, permitindo que as pessoas tomem conhecimento e, assim possam romper as barreiras atitudinais existentes. Consecutivamente, ao tratar da temática e possibilitar espaço ao público PcD, permite-se a representação e garantia ao direito fundamental de acesso à comunicação e informação.

Como vimos anteriormente, as produções audiovisuais e televisivas devem obrigatoriamente contemplar os recursos de acessibilidade comunicacional. Em vista disso, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) também publicou a Instrução Normativa nº 128, de 13 de setembro de 2016¹³, exigindo que as produções audiovisuais realizadas com recursos públicos geridos pela ANCINE tenham recursos de acessibilidade e que, até setembro de 2019, 100% das salas comerciais de cinema no país também forneçam esses recursos.

Com a aplicação dos recursos, o audiovisual chega às PcD como um conteúdo, além de acessível, compreensível e que permite uma experiência, seja ela informativa, de entretenimento ou qualquer outra. Como afirma Naves (2016), com os recursos de acessibilidade,

[...] o produto audiovisual chega às pessoas com deficiência com qualidade e pode ser experienciado com prazer, entretenimento e crítica. Um recurso bem empregado traz à tona a apreciação e discussão da obra, e não do recurso em si. (NAVES, et al., 2016, on-line).

Naves (2016) também ressalta a importância do conceito de desenho universal para concepção de produções audiovisuais, considerando que as mesmas, desde o princípio devem contemplar os recursos de acessibilidade, e não simplesmente adaptá-los posteriormente.

O conceito de Desenho Universal deve ser um princípio estruturante para a formulação de políticas que tenham como princípio a democratização do acesso à cultura. No caso do audiovisual, a acessibilidade deve ser incorporada desde o desenho do projeto e estar presente em todas as fases da produção e distribuição. Portanto, não é mais admissível tratar a acessibilidade como acessório, complemento ou adaptação a posteriori. (NAVES, et al., 2016, on-line).

¹³ Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Visando a aplicação coerente dos recursos de acessibilidade em produções audiovisuais, existe a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC), então Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual, criada em 1992, que apresenta entre suas competências a produção inclusiva, visando princípios de inclusão e acessibilidade de PcD. Neste âmbito, foi criado em 2016, o *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*¹⁴, com autoria de Sylvia Bahiense Naves, coordenadora de Difusão e Acessibilidade Audiovisual do MinC.

O *Guia* traz parâmetros para os recursos de acessibilidade que compreendem a Audiodescrição, Legendas para Surdos e Ensurdecidos (LSE) e Janela de Libras. A intenção é que produtores, diretores, críticos e todos os interessados possam aplicar ou avaliar os recursos em produções audiovisuais seguindo um padrão de qualidade que atenda a comunidade de pessoas com deficiência visual e auditiva de nosso país. (NAVES, 2016).

Sendo assim, considera-se a importância de conhecer cada um desses recursos e suas respectivas orientações de elaboração para filmes e programas de TV. A audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual que visa tornar uma produção audiovisual acessível às pessoas com deficiência visual e cegos. Trata-se de uma locução em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens.

Para elaboração de roteiros de audiodescrição, o *Guia* apresenta orientações voltadas à: Questões Técnicas (quanto à inserção de unidades descritivas, à narração da audiodescrição, audiodescrição de programas ao vivo e gravados, ao uso de equipamentos para exibição da audiodescrição em salas de cinema), Linguísticas (quanto ao uso da linguagem, uso de adjetivos e advérbios, à descrição de ações, ao tempo verbal, à estruturação do período) e Tradutórias (quanto aos planos de enquadramento e pontos de vista, à audiodescrição dos personagens, descrição dos figurinos, audiodescrição dos estados emocionais, nomeação dos personagens, descrição dos cenários/ambientes, inserção tempo, elementos visuais verbais, identificação de sons).

A janela de Libras é o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, realizada por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado,

¹⁴ Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/guia_audiovisuais.pdf. Acesso em: 20 mai.2019.

preferencialmente, no canto inferior direito da tela, exibido simultaneamente à programação. As orientações do *Guia* para elaboração desta compreendem: Questões Técnicas (espaço de Libras na tela, recorte, posição da janela, iluminação, plano de fundo da área de tradução, enquadramento do intérprete, plano filmagem, vestuário), Linguísticas (quanto ao uso da linguagem, da datilologia¹⁵, do dêitico) e Tradutórias (quanto à formação do tradutor intérprete de língua de sinais, aos procedimentos técnicos, ao uso do espaço para o processo de geração de sentido).

Por fim, a LSE refere-se à tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público surdo e ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário.

Da mesma forma que a audiodescrição e a janela de Libras, as orientações do *Guia* para elaboração da LSE compreendem: Questões Técnicas (número de linhas, a velocidade, o formato, a marcação (início e final das legendas), a duração, as convenções e a posição das legendas), Linguísticas (edições linguísticas relacionadas à segmentação da fala em blocos semânticos, à redução da informação textual e à explicitação de informações sonoras), e Tradutórias (relacionadas à operacionalização dos parâmetros técnicos e linguísticos de uma legendagem).

Conclui-se que tanto a audiodescrição, como a janela de Libras e a LSE, apresentam orientações quanto às Questões Técnicas, Linguísticas e Tradutórias, mas que variam conforme as especificidades de cada recurso. Todas essas orientações propostas demonstram a necessidade de olhares sensíveis e atentos a diversos aspectos, que juntos proporcionam efetivamente a acessibilidade para as PcD.

Como pode ser observado, não se adentrou a explicação das aplicações de cada recurso, uma vez que o *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, será utilizado como referência no estudo de caso desta pesquisa. Sendo assim, no capítulo seguinte serão abordadas as Questões de cada recurso em maior profundidade.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa contempla uma abordagem qualitativa, voltado aos objetos de estudo. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos,

¹⁵ A datilologia ou alfabeto manual é um sistema de representação, tanto simbólica como icônica, das letras dos alfabetos das línguas orais escritas, por meio das mãos, como a Libras, utilizada pelos surdos.

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A metodologia utilizada é o estudo de caso, tendo como métodos e técnicas, a pesquisa bibliográfica, a análise exploratória e a entrevista semi-estruturada.

A pesquisa bibliográfica compreendeu leituras sobre livros, artigos, teses e demais materiais, contemplando os principais conceitos e conteúdos norteadores do estudo, assim como dos autores que tratam sobre a temática, a fim de possibilitar maior conhecimento e discussão teórica mais profunda. Para Gil (2010),

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2010, p.50)

A análise exploratória compreende um mapeamento das principais TA existentes no que tange a acessibilidade comunicacional das PcD sensorial. As TA foram classificadas em categorias de análise, contemplando Libras, Braille, Audiodescrição e Legendas. Além destas, realizou-se uma pesquisa sobre os programas audiovisuais e televisivos existentes que contemplam os recursos de acessibilidade, uma vez que o objetivo desse estudo compreende o estudo de produções audiovisuais.

O estudo de caso contempla como objetos dois programas audiovisuais elencados na análise exploratória, sendo eles o “Programa Especial” e o “Na Rota da Acessibilidade”. Como método de coleta de dados, utilizou-se a documentação. Para Gil (2010, p.58), o “estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo.”

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2010, p. 51).

Segundo Gil (2010) a coleta documental é realizada

por meio de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, como, por exemplo, documentos oficiais, reportagens, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, entre outros – considerados de primeira mão. A análise também pode ser feita naqueles documentos considerados de segunda mão, tais como relatórios

de pesquisa, tabelas estatísticas, relatórios de empresa, entre outros casos. (GIL, 2010, p.51).

No estudo em questão, a coleta apresenta materiais de ambas as vias. Em primeira mão, têm-se os vídeos dos programas analisados e, em segunda mão, os relatórios respectivos ao projeto do “Na Rota da Acessibilidade”, disponibilizado pela coordenadora do programa.

Quanto à escolha dos programas, levou-se em consideração, primordialmente, a utilização dos recursos de acessibilidade: janela de Libras, audiodescrição e LSE, e, em segundo plano, a abordagem temática, considerando que a programação de ambos é voltada ao público PcD. Os dois programas apresentam diferenciais na acessibilidade, sendo pensados em todos os aspectos para as PcD e, não simplesmente adaptados para elas, ou seja, são programas destinados para as PcD desde sua concepção e produção, abordando as temáticas da deficiência e acessibilidade.

O “Programa Especial” contempla os três recursos, mas destaca-se por ter como apresentadora uma usuária de cadeira de rodas e como repórter, uma pessoa com Síndrome de Down. Dessa forma, o mesmo demonstra sua importância tanto pela acessibilidade, assim como por representar as PcD. Já o programa “Na Rota da Acessibilidade”, além dos recursos de Janela de Libras, Audiodescrição e LSE, possui o diferencial de toda apresentação ser em Libras, por uma apresentadora TILS. Ademais, este é um programa veiculado pela TV UFMG¹⁶, sendo uma produção universitária e, em vista disso, houve a aspiração em conhecer o programa e ver como a acessibilidade estava presente, permitindo também uma reflexão sobre a importância de iniciativas similares em demais universidades, como na própria UFSM.

A ideia inicial do estudo era apenas analisar o “Programa Especial”, mas no decorrer da pesquisa exploratória, resolveu-se incluir também o programa “Na Rota da Acessibilidade”, devido a seus diferenciais. Além disso, seriam analisadas duas edições de cada programa, mas, observou-se que os recursos de acessibilidade comunicacional estavam aplicados igualmente em cada edição.

Sendo assim, para evitar a repetição de dados, foi selecionada apenas uma edição de cada programa. No caso do “Na Rota da Acessibilidade”, analisou-se a primeira edição “Museus

¹⁶ Disponível em: < <https://ufmg.br/comunicacao/tv-ufmg>>. Acesso em: 23 set. 2019

Acessíveis”¹⁷, de setembro de 2014. Quanto ao Programa Especial foi analisada a edição “Mercado de Trabalho”¹⁸, de setembro de 2017.

Para análise dos recursos de acessibilidade, utilizou-se como base as diretrizes de acessibilidade estabelecidas pelo *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, produzido pela ANCINE em parceria com o MinC. A escolha do *Guia* ocorreu justamente para verificar se os recursos estavam sendo aplicados como o mesmo estabelece.

O estudo foi delimitado conforme as Questões que se aplicavam aos programas. Sendo assim, foram consideradas as Questões Técnicas e Questões Tradutórias para elaboração da audiodescrição, janela de Libras e LSE. As Questões Linguísticas não foram abordadas, pois compreendiam aspectos da língua portuguesa voltadas especificamente a cada recurso e que correspondiam a conhecimentos profissionais.

Além disso, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a coordenadora do programa Na Rota da Acessibilidade, buscando conhecer mais sobre o mesmo e obter informações relevantes na análise. A escolha pela entrevista semi-estruturada se deu por sua particularidade em conciliar perguntas abertas e fechadas, e por permitir que a pessoa entrevistada tenha possibilidade de desenvolver o assunto em pauta sem se fixar apenas à pergunta formulada. (MINAYO, 2014, p. 261).

Pretendia-se também realizar uma entrevista com membro da coordenação ou responsável pelo Programa Especial, mas não se obteve retorno¹⁹. Dessa forma, apresentam-se apenas as informações coletadas na entrevista com a coordenadora do Na Rota da Acessibilidade.

Ademais, cabe ressaltar que a delimitação para produções audiovisuais e escolha dos respectivos programas, ocorreu devido ao objetivo de seguir com a pesquisa na pós-graduação, estudando mais sobre a temática e efetivando uma proposta de programa com acessibilidade comunicacional.

3.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA

¹⁷ Disponível em: <https://youtu.be/_wjcXk-dmyQ?list=PLBv8koRm6pO1bpKdiqrcCR9RvzyVYjb9w>. Acesso em: 27 set. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://youtu.be/r6ZIXNebk4Q>>. Acesso em: 28 set. 2019.

¹⁹ Contatou-se ao Programa, através de seus diversos meios de comunicação como Facebook, YouTube e e-mail, além de ligação, mas não se obteve retorno em nenhum deles.

Nesta etapa metodológica, são apresentadas as principais tecnologias assistivas existentes no Brasil, considerando o público com deficiência sensorial. As TA são classificadas em categorias de análise, conforme os recursos de acessibilidade audiodescrição, Libras, Braille e legenda, visto que a pesquisa volta-se ao estudo destes recursos, que vêm a permitir a acessibilidade comunicacional.

O objetivo desta análise é elencar as iniciativas existentes, como um estado da arte, de modo a se configurar como meio de conhecimento quanto ao que está sendo disponibilizado ao público com deficiência sensorial. A ideia é apresentar diferentes TA, desde as gratuitas ou pagas, à aquelas que possuem mais recursos e também são disponibilizadas para diferentes sistemas operacionais.

Ressalta-se que a análise foca nos recursos de TA, trazendo as principais características sobre os mesmos e suas aplicações. Dessa forma, não se atem a recepção das mesmas, ou seja, não é analisado o uso por cada público.

Salienta-se apenas, que distintas questões podem influenciar na eficácia ou não do recurso utilizado. Por exemplo, para algumas pessoas cegas, o recurso em Braille é o principal meio que permite a comunicação, enquanto para outras, os leitores de tela são mais importantes, ou ainda, ambas são utilizadas juntas. Sendo assim, destaca-se que é preciso considerar que nem sempre o recurso tem o mesmo nível de importância e eficácia para as pessoas.

3.1.1 Recursos de Tecnologia Assistiva: Libras e legendas

Quando se trata do público surdo, o principal recurso de comunicação é a Libras. Sendo assim, são apresentadas as principais TA acessíveis em Libras, como os tradutores automáticos do português para a Libras.

Existem os tradutores utilizados em sites e demais meios de comunicação digital, com objetivo de permitir acesso à informação ou conteúdo, especificamente para os surdos. Além desses, existem os aplicativos para dispositivos móveis, extensão para navegador e *softwares* para computador ou tablet, que realizam a tradução do português para Libras, com objetivo de facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Salienta-se que a Libras é a língua oficial dos surdos, como parte essencial na identidade surda e mundo surdo. Enquanto que, as pessoas com deficiência auditiva possuem aproximação com o mundo ouvinte e dependem de outros recursos assistivos como as legendas, ou próteses

auditivas e implantes cocleares. Entretanto, não quer dizer que apenas surdos façam uso da Libras, uma vez que existem pessoas com deficiência auditiva que utilizam a mesma como meio de comunicação, mas que o recurso em Libras é predominante ao público surdo.

3.1.1.1 Libras

3.1.1.1.1 Hand Talk

Fundada em 2012, a Hand Talk é uma empresa inovadora na área da inclusão e acessibilidade de surdos e pessoas com deficiência auditiva, realizando a tradução digital e automática de texto e vídeo para a Libras. Apresenta dois produtos principais: tradutor de site e aplicativo. Em ambos, a tradução é realizada pelo simpático intérprete virtual, o Hugo, um personagem 3D que torna a comunicação interativa e de fácil compreensão. O tradutor de sites traz acessibilidade digital em Libras para a comunidade surda, e é ofertado, sob demanda de custo, à empresas, organizações e demais segmentos que desejam investir em meios de comunicação mais inclusivos e acessíveis à todos, bem como cumprir com a Lei Brasileira de Inclusão.

Figura 1: Página inicial do site da Hand Talk.

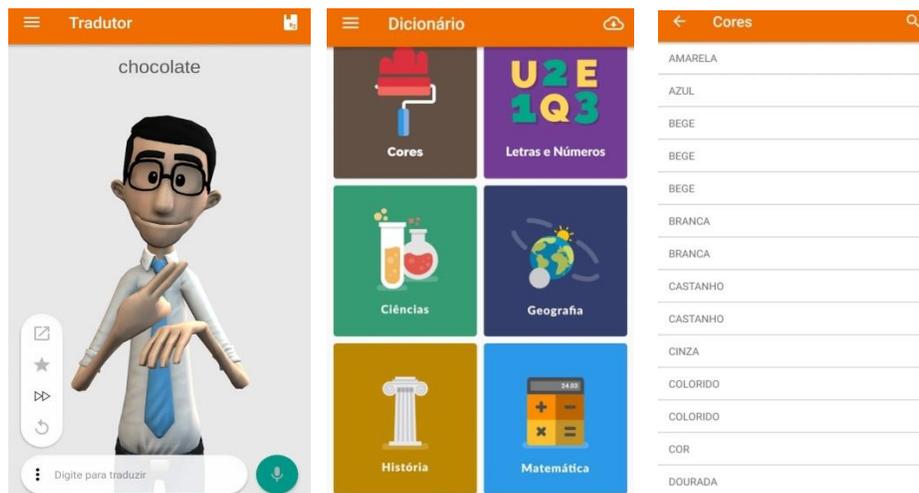


Fonte: Print Screen do site Hand Talk.

O aplicativo, eleito em 2013 pela ONU como o melhor aplicativo social do mundo, busca quebrar as barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes. É gratuito e está disponível para tablets e smartphones, nos sistemas *Android* e *iOS*. Possui boa interface e funcionalidade,

apresentando como recurso principal a tradução em voz ou texto para Libras. Mas além deste, o aplicativo, visando o aprendizado e a aproximação entre ouvintes e a Libras, disponibiliza um dicionário de palavras em português, dividido em módulos como: cores, letras e números, ciências, história, matemática e geografia. Outro diferencial, complementar ao aplicativo, é a seção educativa “Hugo Ensina”, canal no *YouTube*, no qual podem ser acessados uma série de vídeos em que o personagem ensina sinais e expressões em Libras para os interessados na língua.

Figura 2: Telas que demonstram a interface do aplicativo Hand Talk.



Fonte: Print Screen do aplicativo Hand Talk.

Além do aplicativo e tradutor de sites, a Hand Talk apresenta o Blog do Hugo²⁰, onde podem ser acessadas matérias com temáticas voltadas às PcD, inclusão e acessibilidade, bem como vídeos e materiais gratuitos para baixar, como ebooks com conteúdos da área e guias para instituições com orientações sobre implementação da acessibilidade.

Cabe ainda ressaltar um ponto muito importante quanto aos investimentos da Hand Talk em acessibilidade digital. Em 2018 a empresa uniu forças com a ProDeaf, sua principal concorrente, buscando disseminar o propósito de maior inclusão da comunidade surda no Brasil. Apesar dessa união, salienta-se a trajetória da ProDeaf, uma vez que ela foi responsável pela criação do primeiro aplicativo tradutor de texto e voz para Libras, o ProDeaf Móvel, que nasceu da necessidade de romper a barreira de comunicação entre alunos ouvintes e surdos durante um projeto na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

²⁰ Disponível em: < <http://blog.handtalk.me/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

3.1.1.1.2 VLibras

O VLibras é uma suíte de ferramentas de código aberto utilizadas na tradução automática do Português para a Libras. Resultado de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A tradução de conteúdos digitais, em áudio, texto e vídeo, é disponibilizada gratuitamente, tornando computadores (*Windows, Linux*), dispositivos móveis (*Android, iOS*) e plataformas *web* (*Google Chrome, Firefox, Safari, Widjet*) acessíveis para pessoas surdas.

Figura 3: Página inicial do site da VLibras.

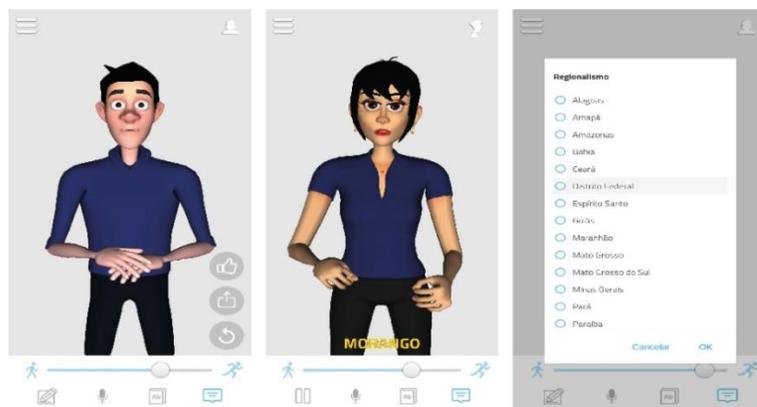


Fonte: Print Screen do site VLibras.

Além do recurso de tradução para web, o Vlibras também possui versão em aplicativo, disponível para *Android* e *iOS*. O aplicativo realizada a tradução para Libras através de um avatar 3D, tanto em voz como áudio e, apresenta o diferencial, quanto aos demais aplicativos, de personalização também para um avatar feminino. Na aba “Regionalismo” o usuário tem a opção de configurar a tradução conforme a região do Brasil, tornando-a mais eficaz à realidade de cada usuário, uma vez que a Libras possui diversas variações regionais.

Similar ao aplicativo Hand Talk, o VLibras possui um dicionário de palavras de A-Z, facilitando a busca dos usuários.

Figura 4: Telas que demonstram a interface do aplicativo VLibras, como a opção de escolha dos avatares e opção Regionalismo.

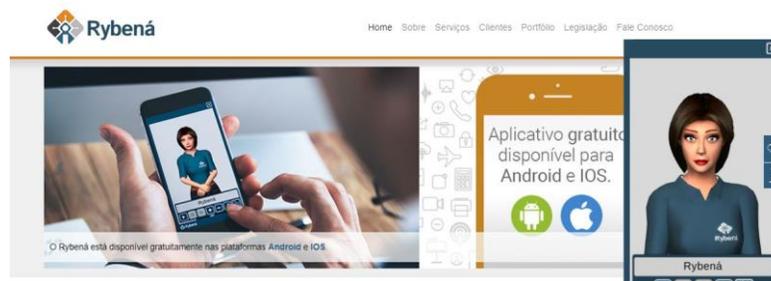


Fonte: Print Screen do aplicativo VLibras.

3.1.1.1.3 Rybená

A solução Rybená²¹ foi criada em 2003 pelo Grupo de Usuários Java do Distrito Federal (DFJUG), que em parceria com o Instituto Centro de Tecnologia de Software (ICTS) desenvolveu o primeiro celular para surdos, com recurso em Libras, facilitando assim a comunicação com a comunidade surda. A Rybená Web oferece, através da tradução de textos em português para Libras, a possibilidade de acesso à sites e páginas na *web* para surdos e pessoas com deficiência visual. Este serviço é pago e está disponível para empresas, permitindo inclusive a personalização do avatar com a respectiva marca.

Figura 5: Página inicial do site da Rybená.



Fonte: Print Screen do site Rybená.

O aplicativo Rybená, disponível gratuitamente nas plataformas *Android* e *iOS*, segue a

²¹ Disponível em: <<http://portal.rybena.com.br/site-rybena/index.html#home>>. Acesso em: 13 set. 2019.

linha do recurso *web*, realizando a tradução em texto e áudio de palavras em português para Libras, por meio de um avatar 3D. Permite também importar arquivos. A funcionalidade não é muito eficaz, sendo limitada a apenas uma tela e a poucos recursos, como por exemplo, de reprodução do sinal.

Figura 6: Telas que demonstram a interface do aplicativo Rybená.



Fonte: Print Screen do aplicativo Rybená.

3.1.1.1.4 LS Academy

O aplicativo LS Academy²² é uma novidade no país, lançado em 2019 tem o objetivo de fazer dele o maior compêndio de Libras do Brasil. Criado por dois estudantes amapaenses para auxiliar pessoas que não sabem, mas querem manter uma comunicação mínima com os surdos. Além de trazer os sinais mais comuns como os que identificam alimentos, animais e profissões, o aplicativo traz os sinais que são característicos da região norte. No espaço destinado ao Macapá constam em torno de 100 traduções que correspondem a nomes de bairros, estabelecimentos comerciais e metáforas características da cidade. A tradução contempla vídeos em que um intérprete realiza os sinais e monta as frases como exemplo de uma conversação, tornando mais real a aproximação entre ouvintes e surdos.

Além disso, o aplicativo apresenta outros recursos que realmente tornam-o um compilado de informações sobre Libras, indo além apenas da tradução. Oferece uma seção *Kids* com série

²² Disponível em: <<https://www.lsademy.org/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

animada em Libras para crianças, notícias sobre a Libras e últimas atualizações sobre a mesma, e um espaço de “Treinamento”, onde o usuário pode testar seu seu aprendizado conforme os níveis de conhecimento.

O aplicativo é gratuito e atualmente está disponível somente para dispositivos que usam a plataforma *Android*, mas o objetivo é expandi-lo para outras plataformas e também incluir mais sinais de diferentes regiões do país, abrangendo as variações da Libras.

Figura 7: Telas que demonstram a interface do aplicativo LS Academy.



Fonte: Print Screen do aplicativo LS Academy.

3.1.1.2 Legenda

A legenda, também conhecida como legenda descritiva, LSE ou *closed caption*, é um recurso que também permite a acessibilidade comunicacional de pessoas surdas ou com deficiência auditiva, e, que, pode ou não atuar complementarmente a tradução em Libras.

Ao tratar sobre o recurso de legenda, não foram encontrados muitos exemplos da aplicação do mesmo, uma vez que essa ainda demanda de profissionais especializados, como os estenotipistas, que realizam a aplicação da legenda simultaneamente, conforme algumas questões primordiais. Mas, na maioria das vezes, são utilizados alguns *softwares* tradicionais de edição de legendas, como o VisualSubSync²³, SubtitleCreator²⁴ e o Aegisub²⁵.

²³ Disponível em: < <http://www.visualsubsync.org/home>>. Acesso em: 22 set. 2019.

²⁴ Disponível em: < <http://subtitlecreator.sourceforge.net/SubtitleCreatorHomepage.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.

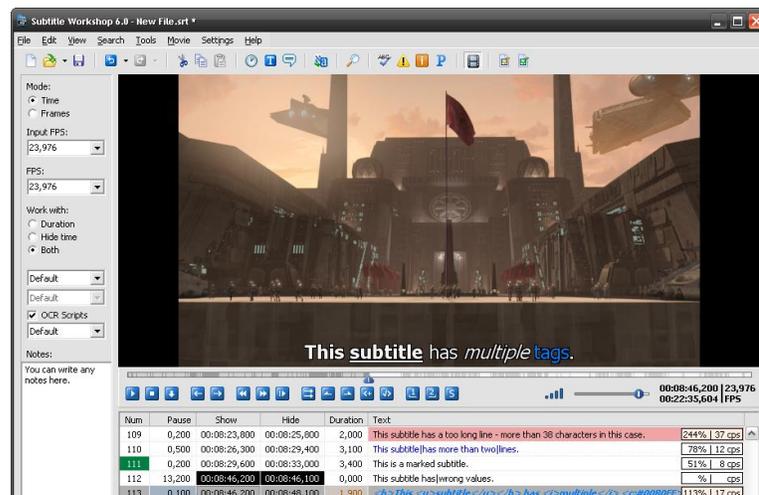
²⁵ Disponível em: < <http://www.aegisub.org/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

Como os softwares tradicionais não apresentam muitos diferenciais, apresenta-se apenas o exemplo estabelecido pelo próprio *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, do programa Subtitle Workshop, que por ser um *software* livre e apresentar interface simples e versátil, é muito usado por legendistas e por empresas da área no Brasil.

3.1.1.2.1 Subtitle Workshop

Subtitle Workshop ²⁶ é uma aplicação para adicionar, editar e converter legendas, disponível gratuitamente para download para sistema operacional *Windows*, *Linux* e *Mac OS*. O diferencial do *software* é ser voltado a legendas não embutidas, permitindo que o arquivo de legenda seja aplicado junto a um vídeo em diversos *players* ou mesmo carregado em plataformas digitais.

Figura 8: Interface do Subtitle Workshop.



Fonte: Print Screen do site Uru Works.

3.1.2 Recursos de Tecnologia Assistiva: Braille, leitores de tela, ampliadores de tela e audiodescrição

Ao tratar sobre TA para cegos e pessoas com deficiência visual parte-se de alguns recursos fundamentais a ambos os públicos, como: Braille, ampliadores de tela, leitores de tela e a audiodescrição.

²⁶ Disponível em: < <http://www.uruworks.net/index.html> >. Acesso em: 22 set. 2019.

3.1.2.1 Braille

O Braille é o sistema de escrita tátil, que garante o acesso à informação, comunicação e educação para a pessoa cega, bem como a autonomia para realizar suas atividades. Baseado na combinação de seis pontos em relevo dispostos em duas colunas e três linhas, o sistema Braille compõe 63 caracteres diferentes, que representam as letras do alfabeto, os números, sinais de pontuação e acentuação, a simbologia científica, musicográfica, fonética e informática.

Para as pessoas cegas que utilizam o sistema Braille na escrita e leitura, outro recurso de TA muito importante é o Display Braille, também conhecido como Linha Braille. Este recurso permite leitura de textos que estão na tela de computadores, notebooks, tablets, ou celulares, sem a necessidade de imprimi-los em papel, tornando assim, o acesso aos textos mais rápido e econômico. Consiste em um dispositivo eletrônico ligado ao computador por cabo, que possui uma linha régua de células Braille, cujos pinos se movem para cima e para baixo, representando em Braille a linha de texto da tela do computador. Em geral, os modelos de Display apresentam diversos botões de função para controlar diretamente a navegação e, em muitos casos, executar comandos do leitor de tela ou do Windows, como será apresentado adiante. Na figura 9, segue um exemplo de Display Braille.

Figura 9: Modelo de Display Braille, Brailliant BI da empresa HumanWare.



Fonte: Google Imagens.

3.1.2.2 Leitores de tela

Com os avanços tecnológicos e maiores investimentos em acessibilidade, as pessoas cegas e com deficiência visual passaram a ter acesso ao conhecimento e a facilidades de comunicação também através da informática, com o uso de computadores, notebooks e tablets. Existem diversos programas leitores de tela concebidos para usuários cegos, que possibilitam a

navegação na internet, leitura de textos, pastas, programas e outros aplicativos operados por meio de comandos de teclado. Através dos leitores, o que aparece na tela é transformado em informação auditiva por meio de uma placa de som e sintetizador de voz, ou ainda em informação tátil, quando utilizado em conjunto com um Display Braille.

A seguir serão apresentados os principais *softwares* leitores de tela existentes, sendo alguns deles inclusive recomendados pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, como por exemplo, o Jaws, DOSVOX, NVDA e Virtual Vision.

3.1.2.2.1 NVDA

O NVDA²⁷ é um *software* livre leitor de tela para *Windows*, criado em 2006, pelo australiano Michael Curran, que é cego e, em parceria com seu amigo James Teh fundaram a NV Access (acesso não visual), organização não-governamental e sem fins lucrativos, destinada a desenvolver projetos e tecnologias livres que facilitem a acessibilidade para pessoas com deficiência visual e cegos.

O NVDA inclui o sintetizador de voz integrado com suporte para mais de 50 idiomas, e suporte para aplicativos populares, incluindo navegadores da web, como *Mozilla Firefox* e *Google Chrome*, tocadores de música e programas, como *Microsoft Word* e *Excel*. O software além de ser instalado, possui uma versão portátil em um pendrive, tornando possível o acesso e utilização do leitor em outros computadores ou dispositivos, a qualquer lugar. O grande diferencial do NVDA é ser um *software* de código aberto, ou seja, está acessível a qualquer pessoa, permitindo que tradutores e desenvolvedores de todo o mundo possam contribuir continuamente para sua expansão e melhoria.

Figura 10: Página sobre o NVDA no site da NV Access.



Fonte: Print Screen do site NV Access.

²⁷ Disponível em: < <https://www.nvaccess.org/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

3.1.2.2.2 DOSVOX

O DOSVOX consiste em um sistema operacional para computadores que utiliza síntese de voz em português e também em outros idiomas para comunicação com o usuário. Foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), viabilizando o uso de computadores para pessoas com deficiência visual e cegos, permitindo independência para realizar diversas tarefas e atividades. Disponível gratuitamente para *Windows* e *Linux*, o *software* possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios como agenda, bate-papo, editores de textos, jogos, navegadores *web*, entre outros.

Além destes recursos, o DOSVOX diferencia-se dos demais sistemas, pois nele a comunicação “homem-máquina” é muito mais simples e leva em conta as especificidades e limitações dos usuários com deficiência visual. Ao sistema permitir ler e digitalizar o som em português, o DOSVOX estabelece um diálogo simples e amigável, ainda mais qualificado através de seus programas específicos e interfaces adaptativas. Grande parte das mensagens sonoras emitidas pelo DOSVOX é feita em voz humana gravada. Isso significa que ele é um sistema com baixo índice de estresse para o usuário, mesmo com uso prolongado.

A relevância do DOSVOX, também se consolida ao ser um sistema brasileiro, desenvolvido com tecnologia nacional, sendo o primeiro sistema comercial a sintetizar vocalmente textos na língua portuguesa.

Figura 11: Página de *download* do DOSVOX no site do Intervox.



Fonte: Print Screen do site Intervox.

3.1.2.2.3 Virtual Vision

O Virtual Vision²⁸ consiste em uma solução definitiva para que pessoas com deficiência visual e cegos possam utilizar com autonomia o *Windows*, o *Office*, o *Internet Explorer* e outros aplicativos, através da leitura dos menus e telas desses programas por um sintetizador de voz.

É um *software* brasileiro desenvolvido pela MicroPower, em São Paulo, em parceria com a Fundação Bradesco, sendo distribuído pela mesma gratuitamente para usuários cegos. Para demais empresas ou instituições o leitor Virtual Vision é comercializado.

A navegação é realizada por meio de um teclado comum e o som é emitido através da placa de som presente no computador. Nenhuma adaptação especial é necessária para que o programa funcione e possibilite a utilização do computador pelas pessoas com deficiência visual, assim, o uso de sintetizadores externos é dispensado. O Virtual Vision também acessa o conteúdo presente na Internet através da leitura de páginas inteiras, leitura sincronizada, navegação elemento a elemento e listagem de *hyperlinks* presentes nas páginas.

Figura 12: Página inicial do site da Virtual Vision.



Fonte: Print Screen do site Virtual Vision.

3.1.2.3 Ampliadores de tela

Os ampliadores de tela são *softwares* utilizados por pessoas com deficiência visual para ter acesso ao computador, permitindo a ampliação total ou parcial da tela, facilitando a visualização dos textos e conteúdos. Também são conhecidos como lupa, lente de aumento, zoom em tela e magnificadores. A seguir são apresentados os principais ampliadores de tela utilizados.

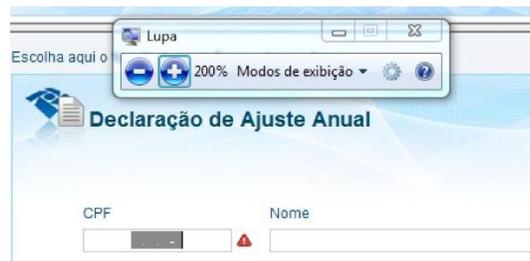
²⁸ Disponível em: <<https://www.virtualvision.com.br/Blog/category/Acessibilidade.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2019.

3.1.2.3.1 Lupa do Windows

A lupa do *Windows* talvez seja o ampliador de tela mais acessível aos usuários, uma vez que o recurso é nativo no *Windows* desde a versão 98. Ele é extremamente leve, mas em compensação não possui muitas opções de configuração.

Seus principais recursos são: nível de ampliação de até 16 vezes, inversão de cores, funções de rastreamento (seguir o ponteiro do mouse, o foco do teclado e o ponto de inserção do texto) e 3 modos de exibição (tela inteira, lente e âncorado). A qualidade da ampliação deixa a desejar quando o nível de *zoom* é muito alto, causando a pixelização de imagens ou conteúdo selecionado.

Figura 13: Exibição da lupa Windows.



Fonte: Google Imagens.

3.1.2.3.2 MAGic

O MAGic²⁹ é desenvolvido pela mesma empresa do leitor de tela JAWS, a *Freedom Scientific*. Consiste em um *software* pago de ampliação de tela de computador que, além de ampliar a tela em até 16 vezes, permite escolher entre diversas configurações visuais e formas de exibição para alcançar a melhor visualização possível para a condição visual do usuário.

O *software* também possui um sintetizador de voz que permite a leitura das informações da tela, ao mesmo tempo em que esta é ampliada, sendo um adicional importante para o usuário. No entanto, um ponto negativo do MAGic é o consumo de recursos do seu sistema, afetando a velocidade de funcionamento do computador.

²⁹ Disponível em: <<https://www.freedomscientific.com/products/software/magic/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

Figura 14: Exibição do ampliador de tela MAGic.

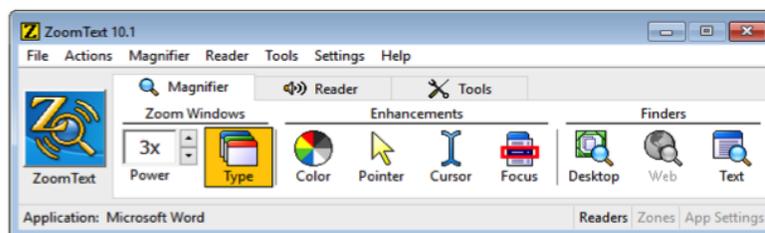


Fonte: Print Screen do site Freedom Scientific.

3.1.2.3.3 ZoomText

O ampliador de tela ZoomText³⁰ é mais uma solução acessível para pessoas com deficiência visual, desenvolvido pela *Freedom Scientific*. Também funciona em integração ao leitor de tela, permitindo opções de ampliação até 36 vezes, e uma série de funções para configurar o contraste da tela, cores e tamanhos diferentes para o cursor do mouse, além da navegação web. É um *software* pago, comercializado no Brasil pela empresa Tecassistiva.

Figura 15: Exibição do ampliador de tela ZoomText.



Fonte: Print Screen do site Zoom Text.

3.1.2.4 Audiodescrição

Quanto aos recursos de audiodescrição não foram encontrados muitos exemplos de produções ou aplicativos que podem ser utilizados para aplicação desse recurso. Isso, por sua vez, demonstra que a audiodescrição ainda tem como principal meio a realização por um profissional audiodescritor, ou seja, demanda recurso humano. Dessa forma, a necessidade de profissionais especializados em audiodescrição é essencial, e demonstra a importância de maiores investimentos na capacitação e formação na área, bem como em *softwares* ou aplicativos que ofereçam a possibilidade de uso da audiodescrição.

³⁰ Disponível em: <<http://www.tecassistiva.com.br/software-1/zoomtext-ampliador-detail>>. Acesso em: 22. set..2019.

Sendo assim, apresenta-se apenas um aplicativo, o Movie Reading, que realiza a audiodescrição de filmes, séries e outras produções, permitindo acesso das pessoas com deficiência visual ou pessoas cegas em salas de cinema e outros espaços.

Ademais, ao tratar sobre a audiodescrição temos os exemplos de produções como os audiolivros, também conhecidos como audiobooks. São livros em formato de áudio, que trazem a descrição de todo o conteúdo escrito e também em imagens, de forma oralizada. Apresenta-se o exemplo dos livros digitais acessíveis, como o formato *Daisy*.

3.1.2.4. 1 Movie Reading

O Movie Reading³¹ é um aplicativo gratuito, com versões para *Android* e *iOS*, que fornece audiodescrição para filmes, desenhos, seriados e qualquer outro tipo de conteúdo exibido em cinema, DVD, TV e outras mídias, como *Netflix*, *YouTube*. Além disso, também apresenta a opção de escolha dos recursos de tradução em Libras e legenda.

Foi lançado no Brasil pela Iguale Comunicação de Acessibilidade, em parceria com a *Universal Multimedia Access*, e consolidou-se como importante meio de acesso a produções culturais, ao realizar a sincronia com as mesmas por meio de uma avançada tecnologia de reconhecimento de áudio. Permite que pessoas com deficiência visual ou baixa visão realizem o download de diversos filmes e outras produções audiovisuais, disponíveis em outros idiomas, criando sua própria biblioteca e ainda, de acordo a sua necessidade, tanto com recurso de audiodescrição, Libras ou também de legenda.

Figura 16: Página inicial do site do Movie Reading.



Fonte: Print Screen do site Movie Reading.

³¹ Disponível em: <<https://www.moviereading.com/>>. Acesso em 25 set. 2019.

Figura 17: Recursos de acessibilidade do aplicativo Moving Reading.



Fonte: Print Screen do canal do YouTube da Iguale.

3.1.2.4.2 MecDaisy

O MecDaisy³² é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro-NCE/UFRJ. Consiste em uma solução tecnológica que permite a leitura de livros em formato digital acessível, no padrão *Daisy*, com reprodução do conteúdo em áudio, gravado ou sintetizado. Além disso, permite a reprodução sincronizada de trechos selecionados, o recuo e o avanço de parágrafos e a busca de seções ou capítulos. Possibilita também, anexar anotações aos arquivos do livro, exportar o texto para impressão em Braille, bem como a leitura em caractere ampliado.

É uma solução voltada à educação, com objetivo de facilitar o acesso das crianças com deficiência visual ou cegueira, aos livros didáticos e literários em formato acessível, garantindo a igualdade no ensino, em escolas e demais instituições de educação. O *download* do MecDaisy está disponível gratuitamente no site do Intervox.

Figura 18: Página inicial do site Intervox.



Fonte: Print Screen do site Intervox.

³² Disponível em: < <http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

3.1.3 Programas audiovisuais com recursos de acessibilidade comunicacional

3.1.3.1 TV INES

A TV INES³³, resulta da parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), sendo a primeira *webTV* em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com legendas e locução. Com estreia em 2013, a *webTV* é o primeiro canal bilíngue do Brasil com conteúdo totalmente acessível a surdos e ouvintes que se consolidou como importante meio de comunicação com acessibilidade de referência a demais produções.

A TV INES prioriza Libras, dado que o recurso não é simplesmente aplicado em janela de Libras, mas sim empregado já na apresentação, com toda disposição na língua realizada por um apresentador TILS. O programa é veiculado na *web* 24 horas por dia, com transmissão satelital e através de parabólica, e em aplicativos para celulares, tablets e televisões conectadas à *internet*. A TV INES oferece uma grade de programação eclética com foco na comunicação educativa, apresentando 26 programas distintos, sobre temáticas como: informação, cultura, entretenimento, esporte, documentários, desenhos animados, tecnologia, aulas de Libras, revistas eletrônicas, filmes com legendas descritivas e um *talk show* em Libras.

O acesso à TV INES e todos os vídeos de seus programas pode ser efetuado através do site, do canal do *YouTube* e também no aplicativo, disponível gratuitamente para aparelhos com sistema *Android*, *iOS* e *Windows*.

Figura 19: Página inicial do site da TV INES que apresenta o recurso de tradução em Libras, realizado pelo VLibras.



Fonte: Print Screen do site TV INES.

³³ Disponível em: < <http://tvines.org.br/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

Figura 20: Frames do Programa Primeira Mão, demonstrando os recursos de acessibilidade empregados.



Fonte: Print Screen do site TV INES.

No exemplo da figura 20, pode-se observar a aplicação dos recursos de acessibilidade em Libras e legenda. A apresentação deste, e também dos demais programas, é sempre realizada por um apresentador TILS e quando são retratadas imagens sobre determinada notícia, há a presença da janela de Libras.

3.1.3.2 TV Surdo

A TV Surdo³⁴ surgiu em 2016 como uma organização independente com foco no público PcD. Integra a Associação TV Surdo Moçambique, uma organização não-governamental que promove a inclusão das PcD na sociedade, através de produções midiáticas inclusivas para plataformas online e televisão, e também visa a garantia dos direitos desse público.

É veiculado semanalmente um programa, com duração de 30 minutos, em duas emissoras de televisão nacionais de Moçambique. O público-alvo do programa é a comunidade de pessoas com deficiência residente no país, e devido a isso, ele é produzido por surdos, cegos e pessoas com deficiência físico-motora. O principal meio de comunicação utilizado, em toda apresentação e programação, é a língua de sinais de Moçambique, mas os vídeos também apresentam narração vocal e legenda em português, garantindo assim total acessibilidade.

Atualmente, a TV Surdo conta com mais de 20 colaboradores, entre eles, pessoas com deficiência físico-motora, surdos, cegos e pessoas sem deficiência.

³⁴ Disponível em: < <https://www.tvsurdo.org/>>. Acesso em 26 set. 2019.

Figura 21: Página inicial do site da TV Surdo.



Fonte: Print Screen do site TV Surdo.

Figura 22: Frames do Programa TV Surdo.



Fonte: Print Screen do canal do YouTube da TV Surdo.

Observa-se que o programa, similarmente a TV INES, também apresenta os recursos de Libras e legenda. Há a janela de Libras, ao canto direito da tela, sem a delimitação de um fundo de tradução, sendo apenas a imagem do TILS, e quando são retratadas imagens sobre determinada notícia, há a presença da janela ao lado, na mesma linha que o produto audiovisual.

3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste capítulo, são trazidas de forma resumida, todas as recomendações respectivas às Questões Técnicas e Questões Tradutórias do *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, quanto aos recursos de acessibilidade comunicacional: audiodescrição, janela de Libras e LSE. Posteriormente é realizada a análise das produções audiovisuais conforme as categorias de análise, considerando as recomendações que se aplicam as mesmas.

3.2.1 Audiodescrição

3.2.1.1 Questões Técnicas na elaboração de roteiros de audiodescrição

3.2.1.1.1 Quanto à inserção das unidades descritivas

A narração das unidades descritivas é colocada preferencialmente entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Pode ser ligeiramente adiantada ou atrasada em relação à cena para dar informações necessárias ao andamento da narrativa, desde que não antecipe fatos e faça versões do que está previsto.

3.2.1.1.2 Quanto à narração da audiodescrição

Uma boa narração deve ser fluida e agradável. Seu propósito é compor imagens, e sons, visto que ambos têm grande relevância na significação da obra como um todo. Além disso, não é aconselhável que se sobreponha aos diálogos ou a sons importantes, a menos que uma ação relevante para a narrativa aconteça concomitantemente a um diálogo. Quando for o caso, a informação deve ser dada de maneira sucinta para não prejudicar o entendimento geral da cena.

3.2.1.1.3 Quanto à audiodescrição de programas ao vivo

Quando os programas estiverem veiculados ao vivo, a audiodescrição precisará também ser veiculada ao vivo. Mas é importante que o audiodescritor elabore um pré-roteiro para não entrar no ar sem qualquer informação sobre o programa.

3.2.1.1.4 Quanto à audiodescrição de programas gravados

Para a elaboração do roteiro da audiodescrição de programas gravados, podem-se seguir as mesmas recomendações dadas anteriormente neste guia.

3.2.1.2 *Questões Tradutórias na elaboração de roteiros de audiodescrição*

3.2.1.2.1 Quanto aos planos de enquadramento e pontos de vista

O conhecimento dos tipos de planos e seus significados pode auxiliar o audiodescritor a explicitar seus objetivos para o espectador com deficiência visual, ao fazer determinada escolha. Por exemplo, o Grande Plano Geral (GPG) enquadra uma grande área de ação, na qual o ambiente é mostrado de maneira ampla e é captado a longa distância, o que apresenta o local onde a história ocorrerá naquele momento e situa os personagens em cena.

3.2.1.2.2 Quanto à audiodescrição dos personagens

Na descrição das características físicas de um personagem é recomendável a seguinte sequência: gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, olhos, cabelos e demais características marcantes. São descritos à medida que corroborem para a composição do personagem e da cena.

3.2.1.2.3 Quanto à descrição dos figurinos

Começar pelas peças maiores e pela parte superior para depois passar para as menores e acessórios. Não é necessário descrever o figurino de todos os personagens em todas as cenas, pois o excesso de informação torna a audiodescrição cansativa e tira o foco do ponto principal.

3.2.1.2.4 Quanto à audiodescrição dos estados emocionais

Deve-se descrever os elementos que levam o espectador a inferir o estado emocional dos personagens, como “Ela leva as mãos ao rosto e chora”, ao invés de “Ela está triste”.

3.2.1.2.5 Quanto à descrição dos cenários/ambientes

Descrever a localização espacial e temporal, importantes para caracterização dos ambientes de acordo com sua importância para a compreensão da obra. É necessário localizar sempre os ambientes, dizer que o personagem volta a um determinado ambiente em que já esteve; deixar claro caso um mesmo ambiente tenha sofrido mudanças e descrever quais.

3.2.1.2.6 Quanto à inserção tempo

A mudança de tempo deverá ser anunciada logo que ocorrer, permitindo o melhor entendimento da cena. Como exemplos de inserção tempo, cita-se: “é dia”, “é fim de tarde”, “de madrugada.”.

3.2.1.2.7 Quanto aos elementos visuais verbais

Elementos visuais verbais, como créditos, textos, títulos, legendas e intertítulos também devem ser lidos. Quanto à tradução das siglas, se esta estiver disponível para os espectadores em geral, é necessário disponibilizar essa tradução também na AD.

3.2.1.2.8 Quanto à identificação de sons

É preciso referenciar a fonte sonora, ou seja, a identificação da origem do som, o que pode não ser captado pelo espectador cego em determinadas circunstâncias.

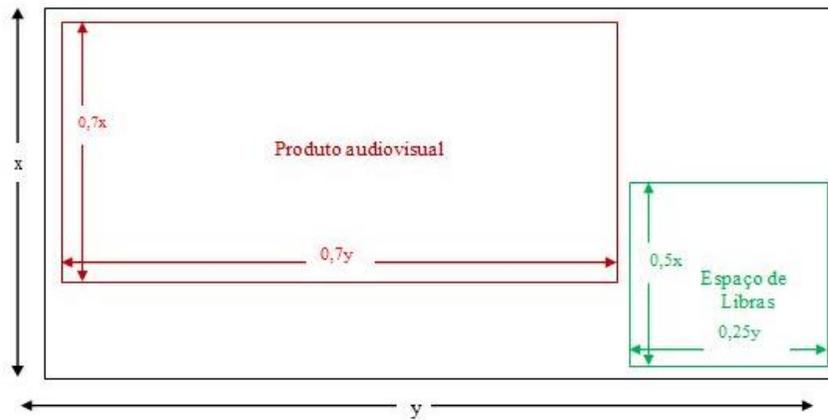
3.2.2 Janela de Libras

3.2.2.1 Questões Técnicas quanto à elaboração de roteiros da janela de Libras

3.2.2.1.1 Espaço de Libras na tela

É necessário respeitar as proporções abaixo:

Quadro 2: espaço de Libras na tela.



Fonte: Naves, 2016.

3.2.2.1.2 Recorte

O espaço da janela deve ser preservado sem que haja qualquer interrupção ou encobrimento por parte de imagens ou legenda.

3.2.2.1.3 Posição da janela

Deve ser posicionada à esquerda da tela e não deve ser sobreposta por símbolos ou outras imagens. Uma observação importante é que a logomarca da emissora ou outro símbolo deve sempre estar no espaço do produto audiovisual com as devidas proporções.

3.2.2.1.4 Iluminação

É necessário que seja utilizado dois pontos de iluminação para o intérprete. Um frontal, diagonal superior e outro no topo da cabeça para eliminar todas as sombras no tecido ao fundo ou no intérprete.

3.2.1.1.5 Plano de fundo da área de tradução

O plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde em tonalidade compatível para a

aplicação da técnica *chroma keyer*³⁵. É importante a utilização deste, por possibilitar o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário. De forma alguma a gravação deverá ser exibida com cortes das mãos, braços e cabeça do TILS.

3.2.2.1.6 Enquadramento do intérprete

A posição da câmera deve ter a seguinte configuração:

a) Parte superior: o quadro superior da câmera deve ficar entre 10 a 15 centímetros acima da cabeça;

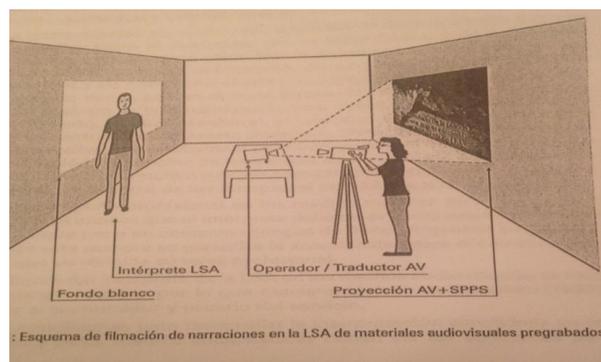
b) Parte Inferior: 5 centímetros abaixo do umbigo;

c) Parte lateral: para filmes, telenovelas, mini-séries e seriados, sugerimos mais dez centímetros para cada lado dos cotovelos para espaço de sinalização, uma vez que o TILS terá que traduzir múltiplos personagens em cenas muito mais dinâmicas, exigindo assim um espaço mais alargado.

3.2.2.1.7 Posicionamento do intérprete e recursos necessários

Deve ser garantido ao TILS o retorno visual da tradução. Esta pode ser realizada por projeção ou outra técnica para garantir a apontação e correção dos possíveis espelhamentos.

Quadro 1: posição do intérprete.



Fonte: Naves, 2016.

³⁵ Técnica em que substitui-se o fundo de cor sólida por outra imagem.

3.2.2.1.8 Plano de filmagem

O ideal é o enquadramento do quadro acima que descreve o espaço de gravação da tradução.

3.2.2.1.9 Vestuário

O *Guia* segue a recomendação de Rosso e Oliveira (2012) apud Naves (2016), de que para a sinalização o TILS use blusas ou camisetas, com mangas curtas ou longas, o decote não deve ser aberto, não deve ter estampas, formas, listras, botões ou bolsos. Se tratando de produto audiovisual corrobora-se com os autores ao sugerir que: pessoas de pele clara usem preto e pessoa de pele escura usem cinza.

3.2.2.2 Questões Tradutórias quanto à elaboração de roteiros da janela de Libras

3.2.2.2.1 Quanto à formação do tradutor intérprete de língua de sinais

É necessário que o TILS seja certificado pelo Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa– Prolibras. O exame certifica pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

3.2.2.2.2 Quanto aos procedimentos técnicos tradutórios

Nesta questão são discutidos aspectos relativos à tradução em Libras. O *Guia*, com base nos estudos realizados por Barbosa (1990) apud Naves (2016), afirma que é possível categorizar os procedimentos utilizados na tradução a partir do grau de divergência entre a língua original e a língua de tradução. A partir dessa análise distribui-se o processo de tradução nos seguintes eixos: convergência do sistema linguístico, da realidade extralinguística e do estilo; divergência do sistema linguístico; divergência do estilo e divergência da realidade extralinguística.

3.2.2.2.3 Quanto ao uso do espaço para o processo de geração de sentido

Para referência dos personagens é necessário utilizar o movimento do corpo para

marcação do local de sinalização, do espaço a apontação e a direção. Desta forma, cabe ao tradutor a leitura e atribuição de sentido da tela para construção do melhor efeito de espacialidade da Libras.

3.2.3 Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE)

3.2.3.1 Questões Técnicas para elaboração de LSE

No Brasil, pelo menos no que diz respeito à televisão, os parâmetros são pensados diferentemente dependendo do público. Para os ouvintes, uma legenda deve ter no máximo duas linhas, ter um número de caracteres compatíveis com a velocidade de leitura do espectador, estar normalmente no centro da tela e ser exibida em bloco..

Para os surdos e ensurdecidos, as legendas não seguem esse padrão. Ela, algumas vezes, é exibida, em três linhas ou mais, com uma densidade lexical que não permite que o espectador tenha tempo de harmonizar imagens e legenda, as quais também trazem a tradução do áudio e a identificação do falante.

3.2.3.1.1 Número de linhas

As empresas que oferecem serviços de legendagem adotam a mesma estratégia no que diz respeito ao número de linhas, ou seja, são utilizadas, no máximo duas linhas, as quais devem ter, no máximo, 37 caracteres cada uma.

3.2.3.1.2 Velocidade

Para uma boa recepção, é preciso que a velocidade de leitura de uma legenda seja compatível com a velocidade da fala que ela traduz. De acordo com a regra dos seis segundos europeia e com os estudos de D'Ydewalle et al (1987) apud Naves (2016), adotada pelo *Guia*, existem três velocidades as quais um espectador pode assistir confortavelmente a uma produção audiovisual: 145, 160 ou 180 palavras por minuto (ppm). Todas as vezes em que a velocidade da fala for maior do que 180 ppm, essa precisará ser editada para que o espectador possa mover os olhos da legenda para a imagem para poder acompanhar confortavelmente a produção audiovisual.

3.2.3.1.3 Formato

No que diz respeito ao formato, a legenda pode aparecer de três formas. Na primeira, são exibidos quase o mesmo número de caracteres para as duas linhas, tendo um formato semelhante a um retângulo. No segundo e no terceiro, aparecem mais caracteres na linha de cima ou na de baixo, respectivamente, lembrando uma pirâmide. (ARAÚJO e ASSIS, 2014, apud, NAVES, 2016).

Tabela 1: formato de legenda.

Formato	Legendas
Em forma de retângulo	O guardinha me parou por causa de uma bobagem da placa que caiu!
Em forma de pirâmide invertida com a linha de cima maior	Um tutuzinho de feijão, um lombinho.
Em forma de pirâmide com a linha de cima menor	[Deolinda] já imaginava, por isso fiz o tutuzinho logo hoje.

Fonte: Araújo e Assis, 2014 apud Naves, 2016.

3.2.3.1.4 Marcação

A marcação de uma legendagem consiste na determinação dos tempos de entrada e saída de uma legenda. A marcação de um diálogo deve tentar seguir os ritmos de fala, tendo em mente as pausas, as interrupções e outros elementos prosódicos que caracterizam as falas de um filme. Uma boa marcação de legenda acontece quando se consegue obter o exato sincronismo entre as falas do filme e as legendas.

3.2.3.1.5 Duração

Uma legenda não pode durar menos do que um segundo e não mais do que seis segundos. No Brasil, esse escopo é ainda menor, pois uma legenda não costuma durar mais do que quatro segundos.

3.2.3.1.6 Convenções lexicais sintáticas e tipográficas

Neste item são discutidas apenas as convenções mais usadas no Brasil, como a pontuação. O Quadro 2 traz uma comparação entre o uso de alguns sinais de pontuação em textos escritos convencionais e em textos legendados.

Quadro 3: A pontuação na legendagem.

Sinal de Pontuação	Texto Escrito Convencional	Legendagem	Exemplo
Vírgula	Indica pausa ou aposto.	Uso igual, se a vírgula vier dentro da mesma legenda. (Ex.1) Entre legendas, ela é desnecessária, porque a transição de uma legenda para outra já indica pausa. (Ex.2)	Ex. 1 Em todo caso, vou te mandar um outro artigo Ex. 2 Nossa, já foi complicado pra gente que estava ali perto imagino pra você.
Ponto final	Indica fim de pensamento.	Indica quen não há continuação na legenda.	Ex. 3 Não terá equipamento pra todos.
Dois pontos	Introduz ou anuncia algo.	Uso igual.	Ex. 4 Ficamos com as mãos na cabeça, pensando: "para aonde vou?".
Aspas	Reproduz as exatas palavras de alguém.	Uso Igual.	Ex. 5 Ele disse: "quer vender?" Eu disse não.
Exclamação	Dá ênfase para indicar raiva, ironia, surpresa, alegria ou desgosto.	Deve ser usado somente se for extremamente necessário para que a pontuação não perca a força. Na maioria das vezes, as imagens já dão o efeito emotivo.	Ex.6 Se devolver, o Ruço não me deixa com ele!
Interrogação	Sinaliza uma pergunta.	Uso igual	Ex.7 Será que estão tentando adivinhar o que sentimos?
Travessão	Indica diálogo	Sinaliza que duas pessoas estão falando na mesma legenda. Ao contrário do texto escrito convencional, a próxima palavra encosta na pontuação, porque o espaço conta como um caráter.	Ex 8. -Eu não consigo movê-la. -Agente firme, pelo amor de Deus!
Três pontos	Pensamento inconclusivo	Geralmente, só se usa para indicar hesitação.	Ex. 9 Eu ... Eu não sei.

Fonte: Naves, 2016.

O *itálico* é utilizado para legendar vozes vindas do interfone, do rádio, da TV, do computador ou de um alto-falante. A legenda inteira também aparece em *itálico* para traduzir letras de canções ou vozes em *off*, ou seja, aquelas cujo falante não pode ser visualizado em

cena. A LSE produzida também pode fazer uso dessas convenções e de colchetes para indicar as informações adicionais, indicação de falante e efeito sonoro.

3.2.3.1.7 Posição

A posição da legenda na tela, normalmente, ocupa a parte de baixo da tela e fica em posição centralizada. Essa posição é a indicada, pois ocupa menos espaço e facilita a movimentação ocular do espectador saindo da legenda para a imagem.

3.2.3.2 Questões Tradutórias da LSE

As questões tradutórias estão relacionadas à operacionalização dos parâmetros técnicos e linguísticos de uma legendagem. Em suma, é mostrado como distribuir um texto audiovisual em legendas, com base no exemplo do documentário “O amor na sua violência e na sua doçura” (2007). Como é realizada toda análise, com diversos trechos e marcas, não será apresentado aqui, pois não oferece contribuições muito relevantes aos objetos de análise.

4 ESTUDO DE CASO: NA ROTA DA ACESSIBILIDADE E PROGRAMA ESPECIAL

Como visto anteriormente, o estudo de caso contempla dois objetos de estudo que correspondem a produções audiovisuais, sendo eles o na Rota da Acessibilidade e o Programa Especial. Os programas foram analisados separadamente, buscando analisar os distintos elementos presentes em cada um, de modo a permitir maior discussão dos aspectos observados. Quanto às categorias de análise, em ambos foram consideradas as recomendações do *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, de 2016, quanto às Questões Técnicas e Tradutórias.

4.1 NA ROTA DA ACESSIBILIDADE

O “Na Rota da Acessibilidade”, realizado em parceria com o Núcleo de Comunicação e Acessibilidade (NCA) e a TV UFMG, foi lançado em 2014 e surgiu como uma produção audiovisual inovadora no tangente a acessibilidade de PcD. O programa foi produzido com recursos de acessibilidade comunicacional, como a sinalização em Libras, legenda, locução e audiodescrição, o que permite que todos os públicos possam compreender o que está sendo apresentado.

O programa consistia em um projeto de extensão que contou com a participação de 12 alunos bolsistas, com bolsas concedidas pelo Programa Acadêmico de Promoção da Inclusão e Acessibilidade (PAPIA) e coordenação de Cristiana Klimsa, tradutora e intérprete de Libras servidora na UFMG. Em entrevista realizada com Cristiana, a mesma salientou que o objetivo central do projeto consistia em “produzir, divulgar e analisar produto de audiovisual acessível que aborde questões de acessibilidade e inclusão no formato do desenho universal, com recursos comunicacionais de audiodescrição, locução, legenda e Libras.”

Cristiana ressaltou que houve a preocupação de produzir um programa já concebido na acessibilidade para as PcD e não simplesmente adaptado. Desde toda concepção do produto até a produção do mesmo, buscou-se cuidado com aplicação dos recursos de acessibilidade comunicacional, e também da equipe de profissionais e alunos envolvidos, através de capacitações que vieram a colaborar na construção de um programa acessível em todos sentidos.

Os bolsistas foram capacitados em relação às funções que envolvem a produção de TV, de web e redes sociais, além da capacitação no que tange à acessibilidade, à deficiência e à diversidade humana. Aspectos das culturas surda e cega foram difundidos e tanto os bolsistas quanto a equipe da TV envolvida puderam entender

melhor o contexto destes dois públicos que necessitam de acessibilidade comunicacional. (KLIMSA, 2019, p.1).

O programa pautou-se na Lei da Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000³⁷, que garante o direito dos cidadãos a acessibilidade na educação, em espaços de cultura e lazer, e também na comunicação e informação. Em vistas disso, apresentava as temáticas voltadas às especificações da Legislação, averiguando como a mesma estava sendo cumprida nos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte. Entre as temáticas abordadas estavam os museus, hotéis e restaurantes acessíveis, bem como a arquitetura, esporte, transporte e comunicação acessíveis.

O “Na Rota” apresenta um total de sete programetes audiovisuais, com periodicidade de exibição quinzenal, totalizando duas edições mensais, no período de setembro a novembro de 2014, com exceção de dezembro, em que foi apresentada a edição final do programa. Os programetes iam ao ar no horário das 20 horas e 45 minutos pela TV UFMG, com reprises ao longo das respectivas semanas, no canal universitário em que a TV era veiculada. Além disso, os mesmos foram disponibilizados na *web*, via página do *Facebook* e *YouTube* do NCA e da TV UFMG. A coordenadora Cristiana informou que também eram difundidos para o mailing de PcD, pessoas cegas, surdos e pessoas que trabalhavam na área da acessibilidade e inclusão.

O termo “programetes audiovisuais” condiz à forma como o próprio projeto “nomeou” cada produção, então se decidiu mantê-lo também no desenvolvimento da análise. A média de duração dos programetes é de sete minutos, sendo que em cada um a programação segue uma mesma linha. Na abertura é apresentada a temática do programete, a qual, em seguida, é abordada conforme as respectivas especificações da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 a serem cumpridas. Após, é realizada uma reportagem no espaço que contempla a acessibilidade, observando se a mesma é cumprida de forma correta, e também são entrevistados os responsáveis dos locais para relato da experiência. Nesta mesma sucessão, as demais edições são apresentadas, mudando a temática e os locais visitados. Quanto aos recursos de acessibilidade comunicacional, se observou que também são empregados equitativamente em todas as edições.

Ressalta-se que o programa teve sua veiculação apenas em 2014, apesar do objetivo de continuação no ano de 2015. Segundo Cristiana,

³⁷ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

o projeto não foi adiante, apesar de ter sido feita a renovação para o ano seguinte e aprovação, devido à questões políticas. Ocorreu a renovação da direção e reitoria da UFMG e então houveram mudanças dentro da Universidade e eu fui realocada à outra função e ausentada do núcleo, e as demais coordenadoras que trabalhavam juntamente comigo foram despedidas e assim o núcleo acabou sendo desfeito, o que inviabilizou a continuação do projeto em uma segunda edição do programa. (KLIMSA, 2019, p. 2).

Contudo, a justificativa na escolha do programa mesmo com sua descontinuidade, se deve ao diferencial no emprego dos recursos de acessibilidade comunicacional, uma vez que apresenta os símbolos de cada recurso, e, principalmente pela sua apresentação em Libras por uma TILS, tornando o programa inovador e totalmente acessível às PcD, especialmente o público surdo e cego. Quanto ao recurso de Libras, descobriu-se por meio da entrevista, que a UFMG, no âmbito do Centro de Comunicação (Cedecom)³⁸, foi responsável pela criação do símbolo acessível em Libras, o qual se tornou reconhecido e difundido nacionalmente. Segundo Cristiana “o símbolo acessível em Libras, surgiu no festival de verão da UFMG de 2012, pois havia necessidade de sinalizar os espaços e atividades que teriam disponibilizados os intérpretes de Libras, indicando aos surdos a presença da acessibilidade.”

Quanto ao uso do símbolo no programa, a coordenadora ainda ressalta que,

O símbolo acessível Libras, hoje difundido nacionalmente, teve repercussão muito boa dentro daquilo que o programa idealizava, de criar algo que pudesse ser adotado em nível nacional, por que sentiam essa necessidade no mercado de dizer que algo era acessível e não existia símbolo que pudesse identificar a cultura surda que é baseada na questão do visual. Então colocar apenas o símbolo internacional da surdez, a conhecida "orelhinha barrada", não identificava a língua de sinais e assim o surdo não sabia se aquele produto possuía acessibilidade ou não. (KLIMSA, 2019, p. 2).

Figura 23: Símbolo Acessível em Libras.



Fonte: Print Screen do site da UFMG.

³⁸ Órgão responsável pela produção e divulgação de informações a respeito da instituição. Idealizado em 2012 pelo Núcleo de Comunicação e Acessibilidades (NCA) do Cedecom – na época denominado Núcleo de Comunicação Bilíngue: Libras e Português.

Além do símbolo acessível em Libras, o programa apresenta os símbolos dos recursos de audiodescrição, legenda e locução. Cristiana afirma que,

quando criou-se o Na Rota o objetivo era deixar visualmente claro que o programa possuía quatro recursos comunicacionais, tanto que a primeira coisa que aparece nos programas são os símbolos indicando a acessibilidade do programa. Então foi solicitado ao pessoal do design que criou o símbolo acessível de Libras também criasse na mesma linha e tom azul os recursos de audiodescrição, legenda e locução. (KLIMSA, 2019, p.3).

Dessa forma, os símbolos de acessibilidade comunicacional tornam-se importantes ferramentas ao público com deficiência, informando ao mesmo que o produto está acessível. Por outro lado, também comunica ao público sem deficiência, que não possui conhecimento sobre os recursos e está acostumado com uma configuração distinta, de que o programa possui acessibilidade.

Figura 24: Símbolos dos recursos de acessibilidade comunicacional do programa “Na Rota”.



Fonte: Print Screen do canal do NCA/UFMG.

Para análise dos recursos de acessibilidade comunicacional utilizados no programa “Na Rota da Acessibilidade”, escolheu-se o primeiro programete, lançado em setembro de 2014 com a temática “Museus Acessíveis”³⁹ e duração aproximada de seis minutos.

O programa, como já mencionado anteriormente, apresenta como recursos de acessibilidade comunicacional a audiodescrição, legenda, Libras e locução. Ressalta-se que o mesmo utiliza o recurso da Libras não apenas na janela em Libras, mas também na própria apresentação. Toda apresentação do programa é realizada em Libras por uma TILS, garantindo maior acessibilidade às pessoas surdas e firmando o objetivo de ser um meio comunicacional totalmente voltado às PcD. Devido a essa utilização da Libras já na apresentação, que se faz necessário o recurso de locução, permitindo também o acesso aos ouvintes.

Com base no *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais* e suas

³⁹ Programa disponível em: https://youtu.be/_wjcXk-dmyQ?list=PLBv8koRm6pO1bpKdiqrcCR9RvzyVYjb9w.

diretrizes de aplicação estabelecidas, realiza-se, a seguir, a análise dos recursos aplicados no programete “Museus Acessíveis”.

4.1.1 Audiodescrição: Questões Técnicas e Questões Tradutórias

Inicialmente, apresentam-se todas as falas de audiodescrição presentes no programete, e as suas respectivas imagens, de modo a possibilitar o entendimento da aplicação deste recurso e a quantidade de vezes que o mesmo é utilizado. Posteriormente, é realizada a análise com base nas questões técnicas e tradutórias, constatando como as mesmas estão sendo aplicadas no programete.

Destaca-se que a audiodescrição é sempre realizada por uma voz masculina, demarcando ao público cego o momento de uso deste recurso e consecutivamente, melhor melhor assimilação do conteúdo.

AD 1- Fundo amarelo, losango percorre caminho azul representado por faixas azuis e passa por símbolos de acessibilidade comunicacional em Libras, legenda, locução e audiodescrição. Ao centro, nome do programa Na Rota da Acessibilidade.

Figura 25: Tela de abertura do programa.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 2- Apresentadora ao lado de uma TV com logomarca do Programa. Ao fundo, cenário nas cores verde, amarelo e azul.

Figura 26: Apresentação inicial do programa.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

Como pode-se observar na imagem, toda vez que a audiodescrição é realizada o símbolo da mesma aparece no canto inferior direito da tela, situando o ouvinte do recurso.

Salienta-se que no programete analisado a apresentadora já aparece na abertura do programa, mas observou-se que isso muda nos demais programetes, sendo que a apresentadora “entra” no cenário. Logo a audiodescrição muda, contudo, a audiodescrição da apresentadora e características físicas não é realizada.

AD 3- Pessoas com deficiência no centro de Belo Horizonte.

Figura 27: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 4- Lucas caminha em frente a um museu.

Figura 28: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG

AD 5- Imagens do acervo.

Figura 29: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 6- Visitante cego segura tablet audioguia.

Figura 30: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 7- Surdo recepcionado em Libras.

Figura 31: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 8- Visitante surdo caminha pela galeria com auxílio do recurso audioguia.

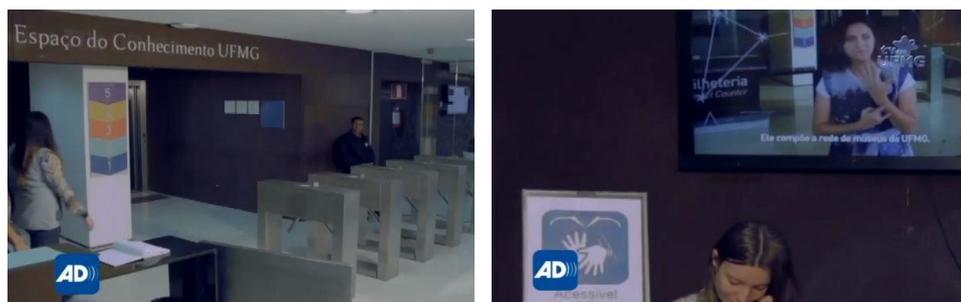
Figura 32: Frame de reportagem do programa no museu.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 9- Recepção do Espaço do Conhecimento UFMG, com vídeo em Libras.

Figura 33: Frames de reportagem do programa no Espaço do Conhecimento.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

AD 10- Nesta audiodescrição é descrita a parte final do vídeo com os créditos, oralizando os nomes que aparecem na tela. Devido à quantidade dos nomes, não cito a audiodescrição tal como realizada.

Figura 34: Frame dos créditos do programa.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.1.1 Questões Técnicas: inserção das unidades descritivas

Cada uma das inserções de audiodescrição está colocada corretamente, respeitando os diálogos e sem interferência em efeitos sonoros ou musicais. É inserida em coerência ao tempo de exibição da cena.

4.1.1.2 Questões Técnicas: narração da audiodescrição

A narração da audiodescrição é ainda sem entonação, apenas se atendo a descrição das cenas e não em compor uma imagem estimulante, bem como realizar a narração de forma mais dinâmica. Apesar do programete em questão ser o primeiro veiculado, observou-se que esses pontos permanecem nos demais programetes. Por outro lado, também há de se considerar que o programa em seu todo ainda consistia em um projeto, sendo compreensível a ocorrência dessas questões, passíveis de melhorias.

4.1.1.3 Questões Técnicas: audiodescrição de programas gravados

Segundo o *Guia* a audiodescrição de programas gravados requer a produção de um roteiro, para guiar a gravação da mesma. Apesar da aplicação da entrevista com a coordenadora do projeto, não foi possível ter acesso ao roteiro de audiodescrição elaborado para o programa. Cristiana confirmou que os textos dos áudios eram criados durante a montagem das matérias e posteriormente, gravados em estúdio, com o diferencial de não

aproveitar os intervalos de silêncio, mas sim criá-los dentro do tempo certo para que o recurso não ficasse acelerado, como normalmente ocorre em outras produções existentes. A coordenadora também ressaltou a importância da intercalação das vozes, masculina e feminina, sendo a masculina referente à audiodescrição, de modo a permitir a diferenciação ao público cego.

4.1.1.4 Questões Tradutórias: audiodescrição dos personagens

Segundo o *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, a audiodescrição dos personagens envolve descrição de atributos físicos como gênero, faixa etária, cor da pele, estatura, olhos, cabelos e demais características marcantes, à medida que corroborem para a composição do personagem e da cena. No caso em questão, não houve a audiodescrição das pessoas como apresentadora, repórter e entrevistados, quanto a características físicas, mas apenas a descrição da ação realizada. Como ressalta o *Guia*, a descrição desses aspectos proporcionaria ao público cego subsídios para a construção das características da pessoa em cena, e consecutivamente, uma informação mais completa.

4.1.1.5 Questões Tradutórias: nomeação dos personagens

No programa analisado, a nomeação configura-se de um modo pouco distinto como orienta o *Guia*, em que é realizada pelo nome ou também características físicas. Analisou-se que é descrita a informação da pessoa em cena pelo nome, “Lucas”, como na AD 4, ou pela condição, como nas AD 3, 6 e 7, em que se referem, respectivamente, como: “pessoas com deficiência”, “visitante cego” e “surdo”.

4.1.1.6 Questões Tradutórias: descrição dos cenários/ambientes

Os cenários são descritos em todas as audiodescrições. Por exemplo, na AD 1, é descrito o cenário em cores verde, amarelo e azul, e também apresenta uma TV com logo do programa. Nos demais momentos, a audiodescrição já é realizada de modo mais pontual, como na AD 7 em que apenas sinaliza que o surdo é recepcionado em Libras e não fala sobre a mulher à sua frente. Também na AD 10, que apenas pontua ser a recepção do Espaço do Conhecimento UFMG, e não complementa, dizendo que há uma TV ao fundo com vídeo em Libras.

4.1.1.7 Questões Tradutórias: elementos visuais verbais

Em apenas um momento houve a presença de elemento visual verbal presente em cena, e, por sua vez, foi descrito. É o caso da AD 9, em que está verbalizada a palavra “Espaço do Conhecimento UFMG”. Além deste os créditos ao final do vídeo foram descritos, como mostra a AD 10.

4.1.1.8 Questões Tradutórias: inserção tempo e identificação de sons

Estas duas questões não são aplicadas na audiodescrição do programete analisado. A inserção tempo “é dia”, por exemplo, não é aplicada na AD 10, e nas demais audiodescrições ao longo do programete. Também não há identificação de sons, uma vez que não houve nenhuma cena com algum som a ser descrito.

4.1.2 Legenda: Questões Técnicas

Ressalta-se que para análise da legenda empregada no programete analisado foram contempladas apenas as Questões Técnicas. As Questões Tradutórias, como já mencionado, não foram consideradas, uma vez que envolvem a produção das legendas, a qual não houve acesso.

4.1.2.1 Questões Técnicas: número de linhas

Quanto ao número de linhas, o programa segue a orientação do *Guia*, utilizando no máximo duas linhas, as quais não ultrapassam 37 caracteres cada uma.

Figura 35: número de linhas da legenda.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.2.2 Questões Técnicas: velocidade

A velocidade da legenda é compatível com a velocidade de fala da locução, e também a tradução em Libras. Por vezes, a legenda se estende além da tradução em janela de Libras, mas devido à falta de sincronização da própria tradução, que é realizada mais rapidamente. Isso, por sua vez rompe a assimilação e melhor recepção do público surdo, visto que a legenda atua complementarmente a Libras para permitir a informação mais completa.

4.1.2.3 Questões Técnicas: formato

Quanto ao formato da legenda há a predominância da legenda em pirâmide invertida, em que a linha de cima é maior, como exemplo na figura 36. Mas, por vezes, a legenda também é apresentada em forma de pirâmide, como na figura 37.

Figura 36: formato da legenda pirâmide invertida.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

Figura 37: formato da legenda pirâmide.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.2.4 Questões Técnicas: marcação

A marcação da legenda segue os ritmos de fala com sincronismo, considerando momentos iniciais e finais de fala, assim como os momentos de pausas ou de som do vídeo. Na figura 39 há o exemplo no qual o som reproduzido na cena é sinalizado na legenda, respeitando o tempo entre falas.

Figura 38: Legenda com marcação de som.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.2.5 Questões Técnicas: duração

A duração das legendas respeita as orientações que estabelecem não durar menos do que um segundo e não mais do que seis segundos. O tempo médio das legendas é de 4 a 5 segundos.

4.1.2.6 Questões Técnicas: convenções

Quanto às convenções, utilizam-se os sinais de pontuação primordiais na escrita em língua portuguesa, como as vírgulas, ponto final, dois pontos, exclamação e interrogação. Além desses, o *Guia* recomenda o uso do itálico ou colchetes, para legendar as vozes *off*, em que o falante não é visualizado em cena. No caso em análise, é utilizado o colchetes, tanto para legendar voz *off* como da locução, quanto a voz de pessoa presente no audiovisual, como mostram as figuras abaixo.

Figura 39: Legenda com voz *off* entre colchetes.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

Figura 40: Legenda com voz em cena entre colchetes.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.2.7 Questões técnicas: posição das legendas

A posição da legenda na tela é centralizada, na parte inferior. Como estabelecido no *Guia*, essa posição é a recomendável, pois ocupa menos espaço e facilita a movimentação ocular do espectador ao sair da legenda para a imagem.

4.1.3 Janela de Libras: Questões Técnicas

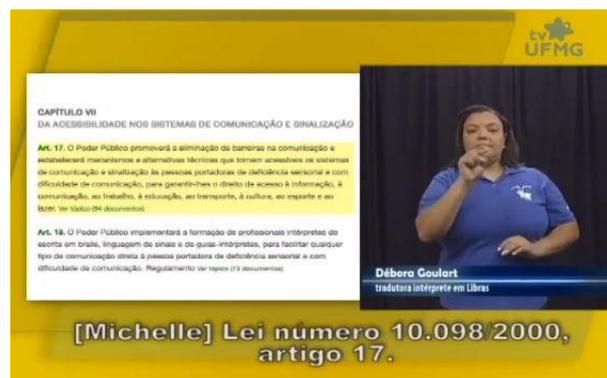
Assim como para legenda, na análise da janela de Libras foram consideradas apenas as Questões Técnicas, como espaço de Libras na tela, recorte, posição, plano de fundo da área de tradução e vestuário. Salienta-se que as Questões Tradutórias correspondem, especificamente à tradução da Libras, considerando o uso das palavras e demais particularidades da língua, as

quais competem a um profissional TILS ou da área de Libras e não, estão no objetivo desta análise.

4.1.3.1 *Questões Técnicas: espaço de Libras na tela*

Como já apontado, o programa “Na Rota da Acessibilidade” além da janela de Libras, apresenta o recurso na própria apresentação. Entretanto, foi considerado para análise somente a janela de Libras. A mesma, se configura de forma distinta da estabelecida pelo *Guia*, ocupando um espaço maior na tela, de proporção semelhante ao produto audiovisual, como se observa na figura 41. Mas, o tamanho maior vem a contribuir na acessibilidade aos surdos, permitindo visualização ampliada e melhor recepção do conteúdo.

Figura 41: Janela de Libras.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.3.2 *Questões Técnicas: recorte*

Quanto ao recorte da janela, o espaço é preservado, sem nenhum corte, encobrimento de imagens ou legenda. Além disso, logo da TV UFMG está colocada corretamente, no espaço delimitado para o produto audiovisual.

4.1.3.3 *Questões Técnicas: posição da janela*

Apesar de apresentar um espaço da janela de Libras maior, a posição da mesma segue a recomendação de estar posicionada à esquerda da tela e não é sobreposta por símbolos ou outras imagens, como pode ser verificado na imagem 41.

4.1.3.4 Questões Técnicas: plano de fundo da área de tradução

A recomendação do *Guia* é de que o plano de fundo seja nas cores azul ou verde em tonalidade compatível para a aplicação da técnica *chroma keyer*. No programete analisado, o plano de fundo é preto, porém, considera-se que não prejudica a tradução, bem como a visualização do público surdo que necessita do recurso em Libras.

Figura 42: Plano de fundo da área de tradução em Libras.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

4.1.3.5 Questões Técnicas: vestuário

O vestuário recomendado é de camisetas com mangas curtas ou longas e lisas, sem estampas, formas, ou botões. No programete, a TILS veste camiseta manga curta de cor azul com estampa e também botões (figura 42), no entanto, observou-se que estes aspectos não prejudicam a visualidade e tradução.

4.1.4 Considerações Gerais sobre a Análise

Retomando as categorias da análise, pode-se concluir que o “Na Rota da Acessibilidade”, apesar de consistir em um projeto, contempla satisfatoriamente os recursos de acessibilidade comunicacional. Ressaltam-se algumas questões que poderiam ser aprimoradas, principalmente quanto à audiodescrição. Este recurso é aplicado em cenas bem pontuais, focando principalmente em locais e ações, e não explora descrição dos personagens, por exemplo, quanto às características físicas. Seguindo as recomendações do *Guia*, ao descrever os personagens ou pessoas em cena, possibilita-se a construção de uma imagem

mais completa ao público cego, além de permitir o conhecimento à todas informações presentes, como é oferecido ao público sem limitações visuais.

O recurso de LSE também poderia ser aprimorado quanto à sincronização com a janela de Libras, uma vez que, em muitas cenas, a tradução em Libras se prolonga além do tempo da legenda.

4.2 ESTUDO DE CASO: PROGRAMA ESPECIAL

O “Programa Especial” é totalmente dedicado à inclusão social da pessoa com deficiência, como meio de informação e também entretenimento. Desde 2004, o programa vai ao ar toda semana na TV Brasil, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em 2019, completou 15 anos de existência e apresenta a sua décima quarta temporada, com edições semanais com duração aproximada de 25 minutos. Estes fatos demonstram a consolidação que o programa possui e sua relevância pela abordagem temática, bem como por utilizar os recursos de acessibilidade comunicacional.

O programa coloca as PcD à frente de sua deficiência, mostrando que as mesmas são capazes e atuantes na sociedade, e é voltado para todo cidadão que acredita ser possível e imprescindível viver em um mundo que valoriza a diversidade.

Para ser totalmente acessível, o “Programa Especial” conta com os seguintes recursos “janela de Libras (para as pessoas com deficiência auditiva que não lêem português); legendas em português (para as pessoas com deficiência auditiva que não falam Libras) e audiodescrição (descrição de imagens que aparecem por um locutor para que as pessoas com deficiência visual saibam o que está sendo mostrado).” (PROGRAMA ESPECIAL, 2019).

O “Programa Especial” é pioneiro no Brasil, quanto à inclusão e acessibilidade das PcD. Além dos recursos de acessibilidade, traz as PcD como protagonistas, sendo que conta com a participação de uma apresentadora cadeirante e uma repórter com Síndrome de Down.

O Programa Especial acredita que a informação é a melhor forma de se combater o preconceito. Toda vez que programa divulga casos bem sucedidos de participação de pessoas com deficiência na sociedade, um número cada vez maior de pessoas percebe que é plenamente possível vivermos em uma sociedade inclusiva. (PROGRAMA ESPECIAL, 2019, on-line).

O programa é veiculado na TV Brasil todo o sábado, no horário das 12h30min, mas os

vídeos dos programas também estão disponibilizados no canal do Programa Especial⁴⁰ e da TV Brasil⁴¹ no *YouTube* e nos respectivos sites. Além disso, o “Programa Especial” também pode ser acessado no aplicativo EBC Play, disponível para *Android*, *iOS* e no site da mesma. Os programas abordam assuntos como mercado de trabalho, lazer, esporte, saúde, entre outros temas, todos abordados de forma inclusiva e com uma linguagem acessível.

Quanto ao estudo em questão, a ideia inicial era realizar a análise de dois programas, sendo um deles lançado em 2015, logo após a aplicação da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para verificar a ocorrência de alguma mudança na aplicação dos recursos, e outro mais atual, de 2019. No entanto, verificou-se que os recursos de acessibilidade comunicacional estão empregados da mesma forma em todos os programas, desde 2004 até 2019, tendo mudanças apenas nas temáticas e abordagens.

Os programas apresentam uma mesma linha de apresentação. Inicialmente é apresentada a temática, e em seguida são realizadas reportagens com PcD, como relatos de experiência quanto ao assunto abordado. Em alguns programas a apresentadora também realiza entrevistas em estúdio com a presença de PcD.

Sendo assim, escolheu-se apenas um programa, veiculado em setembro de 2017, com o título “Mercado de Trabalho” e duração aproximada de 26 minutos. Neste, são analisados os recursos de acessibilidade comunicacional de audiodescrição, legenda e janela de Libras, conforme a categoria de análise elaborada.

4.2.1 Audiodescrição: Questões Técnicas e Questões Tradutórias

Diferentemente do “Na Rota da Acessibilidade”, para o “Programa Especial” são apresentadas apenas as principais audiodescrições relevantes às questões de análise e suas respectivas imagens, pois o programa analisado possui um total de 19 audiodescrições e, ponderou-se não ser necessário apresentar todas, mas sim, apenas as relevantes na análise.

AD 1- Diferentes formas geométricas com cores fortes se movem cortadas em linha branca se transformam em ondas. Programa Especial em branco em fundo vinho, acima e abaixo do nome, ondas coloridas.

⁴⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/programaespecial>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁴¹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/user/tvbrasill>>. Acesso em: 15 out. 2019.

Figura 43: Tela de abertura do programa.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 2- Dia de sol. Verônica lê um livro de pernas cruzadas, sentada em um banco de concreto. Ao lado dela um par de muletas.

Figura 44: Tela de abertura do programa.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 4- Sentada à mesa, Verônica digita em um laptop.

Figura 45: Representação da AD 4.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 5- Alexandre entra na empresa, passa pelo balcão e beija a mão da recepcionista.

Figura 46: Representação da AD 5.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 6- Céu com nuvens, mar calmo. No calçadão Fernanda e Fernando andam de mãos dadas. Na orla entrevista, sentados em cadeiras amarelas.

Figura 47: Representação da AD 6.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 7- Pedra da Gávia. Céu nublado. Calçadão de São Conrado. Faixa de areia, mar calmo.

Figura 48: Representação da AD 7.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 8- Homem de óculos escuros, camiseta branca e calça preta, com uma bengala longa caminha pelo corredor.

Figura 49: Representação da AD 8.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 9- Rosa entrega papel, caneta e régua de assinatura para Clinério. Ele assina e devolve a ela.

Figura 50: Representação da AD 9.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

AD 10- Um homem com baixa visão escreve com punção e reglete. Há uma mulher em frente a ele.

Figura 51: Representação da AD 10.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.2.1.1 Questões Técnicas: inserção das unidades descritivas

Cada uma das inserções de audiodescrição está colocada corretamente, respeitando os diálogos e sem interferência em efeitos sonoros ou musicais. É inserida em coerência ao tempo de exibição da cena.

4.2.1.2 Questões Técnicas: narração da audiodescrição

A narração da audiodescrição ainda explora pouco a entonação, apenas se atendo a descrição das cenas e não em compor uma imagem estimulante, bem como realizar a narração de forma mais dinâmica.

4.2.1.3 Questões Técnicas: audiodescrição de programas gravados

A audiodescrição de programas gravados normalmente requer a produção de um roteiro, para guiar a gravação da mesma. Como não houve retorno do programa para possível aplicação da entrevista semi-estruturada, não foi possível o acesso às informações para análise desta questão.

4.2.1.4 Questões Tradutórias: audiodescrição dos personagens

Não é realizada em nenhum momento a audiodescrição das características físicas das pessoas como apresentadora, repórter e entrevistados, mas apenas a descrição da ação realizada. No entanto, considera-se que, apesar dessa recomendação, esta questão não era relevante nas cenas descritas, de modo a não inferir prejudicial a informação principal a ser repassada ao público cego.

4.2.1.5 Questões Tradutórias: nomeação dos personagens

No caso analisado, a nomeação configura-se de um modo pouco distinto como segue no *Guia*, em que é realizada pelo nome ou também características físicas. Analisou-se que é descrita a informação da pessoa em cena pelo nome, “Verônica”, como na AD 2, ou pela condição, como na AD 10, em que se referem como “homem com baixa visão”.

4.2.1.6 *Questões Tradutórias: descrição dos cenários/ambientes*

Os cenários são descritos em todas as audiodescrições. Como pode se observar nas AD 5,6 e 7, respectivamente: “entra na empresa”, “céu com nuvens”, “Pedra da Gávia”, “Calçadão de São Conrado”, “Faixa de areia”.

4.2.1.7 *Questões Tradutórias: elementos visuais verbais*

Na edição analisada, não há presença de elemento visual verbal a ser descrito em cena. Mas, os créditos ao final do vídeo, em que é recomendada a audiodescrição, não são descritos.

4.2.1.8 *Questões Tradutórias: inserção tempo e identificação de sons*

A inserção do tempo é realizada apenas na AD 2, como “Dia de Sol” e AD 7, como “Céu nublado”, em referência a um dia nublado. A identificação de sons não é realizada.

4.2.2 **Legenda: Questões Técnicas**

Ressalta-se que para análise da legenda empregada no programa analisado foram contempladas apenas as questões técnicas. As Questões Tradutórias, como já mencionado, não foram consideradas, uma vez que envolvem a produção das legendas, a qual não é relevante no estudo.

4.2.2.1 *Questões Técnicas: número de linhas*

Quanto ao número de linhas, o programa segue a orientação do *Guia*, utilizando no máximo duas linhas, as quais não ultrapassam 37 caracteres cada uma.

Figura 52: número de linhas da legenda.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.1.2.2 *Questões Técnicas: velocidade*

A velocidade da legenda é compatível com a velocidade de fala da locução, e também a tradução em Libras. Por vezes, a legenda se estende além da tradução em janela de Libras, mas devido à falta de sincronização da própria tradução, que é realizada mais rapidamente, como se observa na Figura 53.

Figura 53: sincronização da legenda e janela de Libras.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.2.2.3 *Questões Técnicas: formato*

Quanto ao formato da legenda temos a predominância da legenda em formato retangular, como exemplo na Figura 54. Por vezes, a legenda está mal distribuída quanto às palavras, como na Figura 55.

Figura 54: Formato da legenda retangular.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

Figura 55: Distribuição da legenda.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.2.2.4 *Questões Técnicas: marcação*

A marcação da legenda segue os ritmos de fala com sincronismo, considerando momentos iniciais e finais de fala, assim como os momentos de pausas ou de som do vídeo.

4.2.2.5 *Questões Técnicas: duração*

A duração das legendas respeita as orientações que estabelecem não durar menos do que um segundo e não mais do que seis segundos. O tempo médio das legendas é de cinco segundos.

4.2.2.6 *Questões Técnicas: convenções*

Quanto às convenções, temos a utilização dos sinais de pontuação primordiais na escrita em língua portuguesa, como as vírgulas, ponto final, dois pontos, exclamação e interrogação. Não há uso de colchetes ou itálico, nomeando as pessoas, como a repórter, apresentadora e os entrevistados. Os nomes estão presentes na legenda, seguindo apenas a fala, como pode ser observado na Figura 56.

Figura 56: Convenções da legenda.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.2.2.7 *Questões Técnicas: posição das legendas*

A posição da legenda na tela é centralizada, na parte inferior da tela.

4.2.3 Janela de Libras: Questões Técnicas

Assim como para legenda, na análise da janela de Libras foram consideradas apenas as questões técnicas, como espaço de Libras na tela, recorte, posição, plano de fundo da área de tradução e vestuário.

4.2.3.1 *Questões Técnicas: espaço de Libras na tela*

Segue a recomendação do *Guia*, no espaço delimitado para a janela de Libras.

Figura 57: Janela de Libras.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube do Programa Especial.

4.2.3.2 *Questões Técnicas: recorte*

Quanto ao recorte da janela, o espaço é preservado, sem nenhum corte, encobrimento de imagens ou legenda. Além disso, logomarca da TV Brasil está colocada corretamente, no espaço delimitado para o produto audiovisual.

4.2.3.3 *Questões Técnicas: posição da janela*

A posição da mesma segue a recomendação de estar posicionada à esquerda da tela e não é sobreposta por símbolos ou outras imagens, mas apresenta-se quase que centralizada, juntamente com a legenda, ocupando um espaço maior na tela.

4.2.3.4 *Questões Técnicas: plano de fundo da área de tradução*

O plano de fundo da área de tradução apresenta divergências, uma vez que é aplicado com transparência, o que dificulta a visualização da tradução. Assim, o espaço da janela de Libras acaba sendo coberto pelo produto audiovisual, como pode ser observado na Figura 58.

Figura 58: Plano de fundo da área de tradução em Libras.



Fonte: Print Screen do canal do Youtube da TV UFMG.

Logo, esta categoria demanda aprimoramentos para impedir que o público surdo tenha a tradução em Libras prejudicada. Deve-se seguir a recomendação do *Guia*, aplicando o plano de fundo em cor azul ou verde.

4.2.3.5 *Questões técnicas: vestuário*

Segue-se a recomendação de uso de camisetas com mangas curtas ou longas e lisas, sem estampas, formas, ou botões. No programa em questão, a TILS veste camiseta manga curta, lisa e preta.

4.2.4 Considerações gerais sobre a Análise

Frente às categorias da análise aplicadas, pode-se concluir que o “Programa Especial”, consiste em produto já consolidado e referência em produção acessível. Os recursos de acessibilidade comunicacional são aplicados satisfatoriamente no programa analisado, mas algumas questões poderiam ser aprimoradas.

Diferentemente do “Na Rota da Acessibilidade”, a audiodescrição é mais explorada, trazendo as inserções de tempo, descrição detalhada das cenas, mas, por outro lado, não complementa a descrição dos personagens, quanto às características físicas. A legenda

também apresenta falhas de sincronização com a janela de Libras em muitas cenas, de modo que a tradução é finalizada antes do tempo da legenda na tela, limitando a recepção do público que necessita dos dois recursos para ter acesso à informação completa.

4.3 ANÁLISE CRUZADA DOS PROGRAMAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Apresentam-se aqui as categorias de análise seguidas para o estudo dos programas audiovisuais. Estão discriminadas todas as recomendações respectivas as Questões Técnicas e Tradutórias, descrevendo aquelas que se aplicaram (AP) ou não se aplicaram (NSA).

Tabela 2: Categorias de análise. [continua]

AUDIODESCRIÇÃO	Recomendações	Avaliação	Considerações
Questões Técnicas	Inserção das unidades descritivas	AP	
	Narração da audiodescrição	AP	
	Audiodescrição de programas gravados	AP	
	Audiodescrição de programas ao vivo	NSA	Os dois programas são gravados.
Questões Tradutórias	Planos e enquadramento	NSA	Não houve acesso à estas informações.
	Audiodescrição dos personagens	AP	
	Descrição dos figurinos	NSA	Em nenhum dos programas aplica-se. É mais comum em filmes e séries.
	Audiodescrição dos estados emocionais	NSA	Nos programas não aplica-se pois não são descritos os estados emocionais.
	Nomeação dos personagens	AP	
	Descrição dos cenários	AP	
	Inserção tempo	AP	Aplica-se apenas no Programa Especial.

	Elementos visuais verbais	AP	Aplica-se apenas no programa Na Rota da Acessibilidade.
	Identificação de sons	NSA	
JANELA DE LIBRAS			
Questões Técnicas	Espaço na tela	AP	
	Recorte	AP	
	Posição	AP	
	Iluminação	NSA	Não houve acesso ao roteiro ou às informações quanto aos pontos de iluminação utilizados.
	Plano de fundo da área de tradução	AP	
	Enquadramento	NSA	Não houve acesso à informação sobre posição da câmera.
	Posicionamento do intérprete e recursos necessários	NSA	Não houve acesso à gravação para ver posição do intérprete e uso correto dos recursos.
	Plano filmagem	NSA	Não é aplicado nos programas.
	Vestuário	AP	
Questões Tradutórias	–	NSA	Dizem respeito à formação do intérprete e parâmetros da língua de sinais, sobre os quais não é possível refletir.
LSE			
Questões Técnicas	Número de linhas	AP	
	Velocidade	AP	
	Formato	AP	
	Marcação	AP	

	Duração	AP	
	Convenções	AP	
	Posição	AP	
Questões Tradutórias	–	NSA	Dizem respeito a discussão detalhada da aplicação da legenda e separação, conforme as questões técnicas e linguísticas, realizada por profissionais.

Fonte: Junges, 2019.

Conclui-se que muitas questões demandam de aprimoramentos em ambas produções audiovisuais analisadas. Quanto à audiodescrição, das 4 Questões Técnicas indicadas, 3 se aplicaram, enquanto nas Questões Tradutórias, do total de 9 indicações, 5 foram aplicadas. Todas estas correspondem aos dois programas, com exceção das Questões Tradutórias, em que a categoria de inserção tempo foi contemplada apenas no “Programa Especial” e a categoria de elementos visuais verbais foi aplicada somente no “Na Rota da Acessibilidade”.

Quanto à janela de Libras, o *Guia* recomenda 9 categorias Técnicas, das quais 5 são aplicadas nos dois programas. Ressalta-se que a categoria de plano de fundo da área de tradução não foi contemplada conforme o *Guia* em ambos os objetos. Mas, destaca-se a melhoria necessária no Programa Especial, visto que o fundo da área de tradução apresenta interrupções do produto audiovisual.

Já o recurso LSE, é totalmente contemplado nas duas produções audiovisuais. O *Guia* recomenda 7 categorias para as Questões Técnicas, das quais todas elas são aplicadas.

Sendo assim, considerando o total de 29 categorias recomendadas pelo *Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*, 20 delas se aplicaram nos programas “Na rota da Acessibilidade” e “Programa Especial” e foram utilizadas na análise. Desse total, os recursos de janela de Libras e LSE foram contemplados majoritariamente de forma adequada nas produções analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa consolida-se como importante meio de discussão sobre a inclusão e acessibilidade de PcD, e a garantia de direitos que promovam igualdade de condições, bem como construção de uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Primordialmente, é necessária a compreensão de que a deficiência só é estabelecida no momento que as PcD possuem barreiras que limitam seu acesso ou uso, mas quando tratadas com igualdade são pessoas como as demais. Sejam nas barreiras arquitetônicas, urbanísticas, ou comunicacionais, mas todas perpassam a barreira atitudinal, visto que ainda existem muitos preconceitos e discriminações sociais.

A mudança começa pelos sujeitos, ao aceitar as diferenças e não limitar as PcD somente a sua deficiência. Considerar as capacidades deste público, permitindo o acesso aos espaços públicos, de lazer e cultura, ao mercado de trabalho, e principalmente a comunicação e informação, proporciona a cidadania e relação igual aos demais cidadãos.

Sendo assim, a relevância da temática e demais estudos é de suma importância, para informar a população e quebrar as barreiras existentes. Os investimentos em acessibilidade também devem ser contínuos, visando cada vez mais eficácia no uso pelo público PcD, e interação com os conteúdos ou produtos.

A acessibilidade comunicacional é fundamental para as PcD, não apenas quanto aos recursos que permitem o acesso à informação, ou comunicação com demais pessoas, mas também a representação e espaço de fala, pois não se pode julgar a necessidade do outro, quando as próprias PcD são as que podem relatar as dificuldades e necessidades pelas quais passam.

Sendo assim, a importância da acessibilidade comunicacional não deveria sequer ser discutida, pois deveria ser um critério primordial nos diversos meios de comunicação. Além disso, a formação de profissionais da área também deve ser considerada, com oferta de disciplinas curriculares que contemplam a produção de materiais e produtos com acessibilidade, de modo a prepará-los a atender todos os públicos e construir um mercado inclusivo.

Quanto às produções audiovisuais analisadas, conclui-se a relevância de ambas na construção desta pesquisa e como exemplos significativos de aplicação da acessibilidade comunicacional. Tornou-se muito gratificante ver que existem produções existentes no Brasil pautadas na inclusão e acessibilidade de PcD e que, aos poucos, levam a reflexão aos demais meios de comunicação.

Tanto o “Programa Especial” quanto o “Na Rota da Acessibilidade” são produções audiovisuais de referência, concebidas desde o princípio na acessibilidade comunicacional e não simplesmente adaptadas. O “Na Rota da Acessibilidade”, apesar de não ser mais veiculado, é um exemplo para demais produções, ao apresentar satisfatoriamente a aplicação dos recursos de audiodescrição, legenda, janela de Libras e locução, e ser totalmente apresentado em Libras. Além disso, é um incentivo às Universidades e outras Instituições de Ensino, que possuem TVs universitárias, a contemplar em sua programação e produção como um todo, a inclusão de PcD, através de recursos de acessibilidade comunicacional.

O “Programa Especial” além dos recursos, demonstra sua relevância ao proporcionar a representação do público PcD. A participação da apresentadora usuária de cadeira de rodas e a repórter com Síndrome de Down, consolida a produção de um programa em que as PcD também fazem parte do processo comunicativo. Dessa forma, as PcD são protagonistas e constroem, juntamente aos demais profissionais, uma comunicação inclusiva, incentivando demais pessoas com alguma deficiência a batalhar pelos seus direitos e mostrar a sociedade que são capazes e devem ser respeitadas.

Ademais, quanto aos recursos de acessibilidade comunicacional, observou-se uma aplicação satisfatória das recomendações do *Guia para Acessibilidade de Produções Audiovisuais*. Alguns aspectos, principalmente sobre a audiodescrição, poderiam ser mais explorados, pois ainda são bem pontuais e limitam algumas informações do produto audiovisual. Mas, de modo geral, ambas produções são iniciativas muito relevantes que trazem a reflexão sobre a comunicação como meio de inclusão das PcD.

Pensar em comunicação inclusiva é desafiador, mas também muito gratificante. Ao produzir recursos, produtos e a comunicação com acessibilidade, permite-se uma vida com mais qualidade às PcD, e também se cumpre o papel social de informar e comunicar para todos os públicos, sem restrições e preconceitos. Não apenas na comunicação, mas nas demais áreas, empresas, instituições e outros setores da sociedade, deve ser refletida a acessibilidade de PcD, não somente com o intuito de cumprir a lei ou fazer sua “obrigação”, mas como contribuição para efetivação de uma sociedade inclusiva.

Além disso, considerando o número de PcD existentes no país, há um mercado muito grande a ser explorado, de modo que as empresas evitam discriminações, alcançam uma audiência mais ampla, e criam uma imagem positiva para a empresa. Sendo assim, as mesmas têm apenas a se beneficiar, compensando os investimentos realizados, e fazendo a diferença para inclusão das PcD.

Deste modo, conclui-se que a acessibilidade comunicacional carece de pesquisas que visem contribuir com a difusão e reflexão da temática em âmbito acadêmico e que resultem em práticas profissionais. Nesse sentido, objetiva-se a continuação do estudo sobre essa temática, por meio do mestrado profissional de Tecnologias Educacionais em Rede da UFSM, consolidando a proposta de um programa audiovisual piloto com recursos de acessibilidade comunicacional para veiculação na TV Campus da Universidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. S ; FREITAS, C. N. O. Percepções sobre o processo inclusivo. *In: PAVÃO, A. C. O ; PAVÃO, S. M. O (Orgs). Atendimento Educacional Especializado: reflexões e práticas necessárias para inclusão.* Santa Maria: Ed. pE.com UFSM, 2018. p. 27-46.
- BASSANI, P. B. S; HEIDRICH, R. O. **Corpo e tecnologia:** um estudo das redes sociais na Web. *RENTE. Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 6, p. 12a, 2008.
- BERSCH, R.; SARTORETTO. M. **Tecnologia e Assistiva.** Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf?fbclid=IwAR1eWu3D2nE4uLG2Ka1oWfGss7CJwUdxvRh3M5Nj1G0iHbKkNBFg4q4k8Dg>. Acesso em: 25 mai. 2019.
- BONITO, M. A. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível:** mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. Tese — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS.
- BRASIL. Agência Nacional do Cinema. Instrução Normativa nº 128, de 13 de setembro de 2016. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- _____. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 de 08/11/2000 e 10.098 de 19/12/2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm >. Acesso em: 20 jun. 2019.
- _____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 agosto de 2009. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: <10 mai. 2019.
- _____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 6 jul. de 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Altera a redação da Norma Complementar nº 01/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de março de 2010. Disponível em: < <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310 de 2006, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de junho de 2006. Disponível em: < <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais - DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Brasília – DF: 2006.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPDP, 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMBIAGHI, S. **Desenho universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3 ed. São Paulo: Senac, 2012.

CORRÊA, Y.; CRUZ, C.R. (Orgs). **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. 188 p.

DINIZ, D; BARBOSA, L; DOS SANTOS, W. R. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. In: Revista SUR, v. 6, n. 11, dezembro de 2009, p. 65-77.

eMAG. Curso eMAG/ Desenvolvedor, 2019. **Tecnologia Assistiva: leitores de tela**. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/cursodesenvolvedor/introducao/tecnologia-assistiva-leitores-de-tela.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FREEDOM SCIENTIFIC. MAGic. Disponível em: <<https://www.freedomscientific.com/products/software/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

FUNDAÇÃO DORINA. **Fundação Dorina Nowill para Cegos**, 2018. Página inicial. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/blog/tecnologias-assistivas-e-empregabilidade-da-pessoa-com-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GOMES, C. C. P. ; PAVÃO, S. M. O. A pessoa com deficiência em sociedade. *In*: PAVÃO, A. C. O ; PAVÃO, S. M. O (Orgs). **Atendimento Educacional Especializado**: reflexões e práticas necessárias para inclusão. Santa Maria: Ed. pE.com UFSM, 2018. p. 131-159.

HAND TALK. Disponível em: < <https://www.handtalk.me/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

IGUALE. **Iguale Comunicação de Acessibilidade**, 2018. Disponível em: <<http://iguale.com.br/>>. Acesso em 18 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: resultados preliminares, 2010. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

INTERVOX. Projeto Dosvox, 2018. **O que é o Dosvox?**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>>. Acesso em: 08 set. 2019.

INTERVOX. Projeto MecDaisy. Disponível em: < <http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

KLIMSA, C. Programa Na Rota da Acessibilidade. [Entrevista concedida a] Achley Andressa Junges. Santa Maria, p 1-3, out. 2019.

LS ACADEMY. Disponível em: <<https://www.lsademy.org/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

LORENA, P. Q. **Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa**. Bengala Legal, 2010. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/ca-comunicacao-alternativa>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MAGIC. Disponível em:< <https://www.freedomscientific.com/products/software/magic/>>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MOVIE READING. Disponível em: <<https://www.moviereading.com/>>. Acesso em 25 set. 2019.

MOURA, I. **Guia Mídia e Direitos Humanos**. 1.ed. São Paulo: Intervezes, 2014.

NAVES, S.B. et al. (Orgs). **Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016. 88 p. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/guia_audiovisuais.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2019.

NVDA. Disponível em: < <https://www.nvaccess.org/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

OLGA. **Minimanual de Jornalismo Humanizado**. Disponível em:< <https://thinkolga.com/ferramentas/minimanualpessoascomdeficiencia/>>. Acesso em 13 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**. Tradução: Jorge Márcio Pereira de Andrade. Montreal, Canadá: Organização Mundial de Saúde, 2004.

PAVÃO, A. C. O; PAVÃO, S. M. O (Orgs). **Atendimento Educacional Especializado: reflexões e práticas necessárias para inclusão**. Santa Maria: Ed. pE.com UFSM, 2018. 354 p.

PERUZZOLO. A. C. **A comunicação como encontro**. Bauru, SP: Edusc, 2006. 370 p.

PRODEAF. Disponível em: <<https://www.showmetech.com.br/prodeaf-tradutor-texto-voz-libras/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PROGRAMA ESPECIAL. Disponível em: <<https://programaespecial.com.br/>>. Acesso em: 28 set. 2019.

RYBENÁ. Disponível em: <<http://portal.rybena.com.br/site-rybena/index.html#home>>. Acesso em: 13 set. 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

TV BRASIL. Programa Especial. **Youtube**, 28 set. 2019. Disponível em <<https://youtu.be/r6ZIXNebk4Q>>. Acesso em: 28 set. 2019.

TV INES. Disponível em: <<http://tvines.org.br/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

TV SURDO. Disponível em: <<https://www.tvsurdo.org/>>. Acesso em 26 set. 2019.

TV UFMG. Na Rota da Acessibilidade. **YouTube**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/tvufmg/search?query=na+rota>>. Acesso em: 23 set. 2019.

VIRTUAL VISION. Disponível em: <<https://www.virtualvision.com.br/Blog/category/Acessibilidade.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2019.

VIVARTA, V (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. 184 p.

VLIBRAS. Disponível em: <<https://www.vlibras.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

VOICE OVER. Disponível em: <<https://www.apple.com/br/accessibility/mac/vision/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

ZOOM TEXT. Disponível em: <<http://www.tecassistiva.com.br/produtos/baixa-visao/softwares-1/zoomtext-amplificador-detail>>. Acesso em: 22 set. 2019.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1- Como surgiu o Programa Na Rota da Acessibilidade?
- 2- Para construção do Programa buscou-se como referência outros programas ou iniciativas similares?
Receberam assistência de algum órgão de financiamento ou núcleo que os auxiliou na construção do programa?
- 3- Havia uma equipe especializada responsável pela produção do Programa?
Se sim, quem eram os componentes da equipe. Buscar saber quantos eram e quais eram suas funções.
- 4- Quais e como, os recursos de acessibilidade eram empregados? Baseavam-se em alguma diretriz?
- 5- Como era realizada a veiculação do programa?
- 6- Como foi a recepção do Programa, tanto para as PcD como para os ouvintes?
- 7- Considerando que o programa teve produção somente em 2014, qual (is) o(s) motivo(s) que levaram ao seu término?
- 8- Frente a sua experiência, como descreverias a importância da acessibilidade comunicacional para as PcD?